

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	16
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	17
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	19
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
9. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO	21
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	24
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	25
13. ATIVOS DE CONTRATO	28
14. INVESTIMENTOS	30
15. IMOBILIZADO	41
16. INTANGÍVEIS	43
17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	44
18. FORNECEDORES	46
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	46
20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	46
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS	50
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	50
23. PROVISÕES	51
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	58
25. RECEITAS	59
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	62
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	66
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	67
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	70
30. SEGMENTOS OPERACIONAIS	81
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	85
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR	99

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	356.542	301.696	266.256	226.830
Títulos e valores mobiliários	6	486.671	161.848	211.966	12.922
Consumidores e revendedores	7	1.071.546	879.875	944.724	730.991
Concessionários - transporte de energia	7	94.392	71.164	94.470	71.236
Tributos compensáveis	8	44.616	48.505	33.582	41.166
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	380.083	159.160	378.167	156.738
Dividendos a receber	28	20.424	98.842	196.898	98.842
Ativo financeiro da concessão	12	436.490	423.511	186.806	180.995
Ativos de contrato	13	179.617	130.951	179.617	130.951
Adiantamento a fornecedores		30.006	6.785	30.006	2.036
Prêmio repactuação risco hidrológico		17.860	17.159	17.860	17.159
Instrumentos financeiros derivativos	29	215.996	69.643	215.996	69.643
Outros		91.588	168.167	86.503	154.619
TOTAL DO CIRCULANTE		3.425.831	2.537.306	2.842.851	1.894.128
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	-	21.498	-	1.709
Consumidores e revendedores	7	8.515	5.020	1.607	5.020
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	4.237	-	-	-
Tributos compensáveis	8	691.540	17.825	665.211	17.068
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	1.693	3.115	-	-
Depósitos vinculados a litígios	11	362.736	374.374	348.973	338.779
Valores a receber de partes relacionadas	28	1.805	921.288	6.454	927.913
Prêmio repactuação risco hidrológico		12.652	22.981	12.652	22.981
Adiantamento a fornecedores		10.075	87.285	10.075	87.285
Instrumentos financeiros derivativos	29	1.654.110	743.692	1.654.110	743.692
Outros		53.361	59.290	48.353	58.945
Ativo financeiro da concessão	12	4.142.436	4.097.935	1.932.285	1.931.521
Ativos de contrato	13	979.439	998.359	979.439	998.359
Investimentos	14	4.212.619	4.205.308	7.437.948	7.488.441
Imobilizado	15	2.558.663	2.659.221	1.938.675	2.025.205
Intangíveis	16	180.678	197.583	28.742	30.715
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	17	59.816	-	58.560	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.934.375	14.414.774	15.123.084	14.677.633
TOTAL DO ATIVO		18.360.206	16.952.080	17.965.935	16.571.761

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	20	392.038	44.338	217.336	44.338
Debêntures	20	674.317	559.873	674.317	559.873
Fornecedores	18	502.599	484.726	458.101	436.114
Imposto de renda e contribuição social	10b	111.249	112.057	-	-
Impostos, taxas e contribuições	19	47.240	57.664	32.862	46.453
Encargos regulatórios	21	164.648	139.457	156.912	131.615
Obrigações pós-emprego	22	61.127	57.052	61.127	57.052
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		617.121	660.068	617.121	659.622
Salários e encargos sociais		64.408	62.724	63.397	61.743
Adiantamento de clientes	7	-	40.267	-	40.267
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	17	20.679	-	20.085	-
Outras obrigações		66.813	74.191	61.780	72.900
TOTAL DO CIRCULANTE		2.722.239	2.292.417	2.363.038	2.109.977
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	20	6.196.150	5.919.979	6.196.150	5.756.612
Debêntures	20	1.035.866	1.674.722	1.035.866	1.674.722
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	659.471	461.731	634.976	436.071
Impostos, taxas e contribuições	19	638	4.445	72	4.124
Encargos regulatórios	21	53.354	59.349	46.395	54.048
Obrigações pós-emprego	22	1.035.345	1.019.794	1.035.345	1.019.794
Provisões	23	370.784	98.708	370.570	97.793
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	29	451.767	419.148	451.767	419.148
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	17	40.829	-	40.122	-
Outras obrigações		21.866	21.651	19.737	19.336
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		9.866.070	9.679.527	9.831.000	9.481.648
TOTAL DO PASSIVO		12.588.309	11.971.944	12.194.038	11.591.625
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital social		2.600.000	2.600.000	2.600.000	2.600.000
Reservas de lucros		2.361.448	2.362.614	2.361.448	2.362.614
Ajustes de avaliação patrimonial		7.063	17.522	7.063	17.522
Lucros acumulados		803.386	-	803.386	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.771.897	4.980.136	5.771.897	4.980.136
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.360.206	16.952.080	17.965.935	16.571.761

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
RECEITA	25	5.963.697	5.121.455	5.174.410	4.609.463
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	26				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(142.377)	(169.376)	(102.253)	(142.742)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.825.618)	(2.865.752)	(2.785.509)	(2.799.647)
		(2.967.995)	(3.035.128)	(2.887.762)	(2.942.389)
CUSTO	26				
Pessoal e administradores		(208.887)	(200.065)	(193.893)	(181.508)
Materiais		(13.822)	(32.169)	(9.725)	(30.651)
Serviços de terceiros		(88.487)	(74.260)	(59.812)	(63.160)
Depreciação e amortização		(154.882)	(105.255)	(102.852)	(105.117)
Provisões operacionais, líquidas		(279.635)	(14.876)	(280.335)	(14.892)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão		(150.158)	(12.726)	(150.158)	(12.726)
Outros custos operacionais		(18.096)	(17.463)	(15.015)	(15.929)
		(913.967)	(456.814)	(811.790)	(423.983)
CUSTO TOTAL		(3.881.962)	(3.491.942)	(3.699.552)	(3.366.372)
LUCRO BRUTO		2.081.735	1.629.513	1.474.858	1.243.091
DESPESA OPERACIONAL	26				
Despesas com vendas		(31.315)	(138)	(7.374)	(138)
Despesas gerais e administrativas		(81.661)	(78.991)	(81.661)	(78.991)
Despesas com provisões operacionais		(691.278)	(454)	(691.278)	(454)
Outras despesas operacionais		(133.036)	(164.243)	(132.185)	(163.586)
		(937.290)	(243.826)	(912.498)	(243.169)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(11.390)	(250.755)	454.412	48.738
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		1.133.055	1.134.932	1.016.772	1.048.660
Receitas financeiras	27	1.471.376	459.349	1.429.838	444.356
Despesas financeiras	27	(1.125.243)	(1.505.431)	(1.111.243)	(1.503.755)
Resultado antes dos impostos		1.479.188	88.850	1.335.367	(10.739)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10d	(493.576)	(140.609)	(344.700)	(40.909)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	(193.851)	56.996	(198.906)	56.885
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		791.761	5.237	791.761	5.237
Lucro líquido por ação ordinária – R\$	24	0,2733	0,0018	0,2733	0,0018

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/19	Jul a Set/18	Jul a Set/19	Jul a Set/18
RECEITA	25	1.766.124	1.845.780	1.496.330	1.662.929
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	26				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(50.124)	(43.855)	(35.201)	(34.088)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.126.457)	(1.173.243)	(1.088.712)	(1.133.638)
		(1.176.581)	(1.217.098)	(1.123.913)	(1.167.726)
CUSTO	26				
Pessoal e administradores		(67.369)	(61.655)	(62.949)	(55.593)
Materiais		(4.794)	(27.692)	(3.169)	(27.001)
Serviços de terceiros		(30.210)	(26.051)	(21.109)	(20.522)
Depreciação e amortização		(51.395)	(34.967)	(33.990)	(34.917)
Provisões operacionais, líquidas		(265.681)	(512)	(265.685)	(512)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão		(67.169)	(7.994)	(67.169)	(7.994)
Outros custos operacionais		(8.851)	(5.546)	(6.597)	(4.411)
		(495.469)	(164.417)	(460.668)	(150.950)
CUSTO TOTAL		(1.672.050)	(1.381.515)	(1.584.581)	(1.318.676)
LUCRO BRUTO		94.074	464.265	(88.251)	344.253
DESPESA OPERACIONAL	26				
Despesas com vendas		(12.238)	14	3.078	14
Despesas gerais e administrativas		(24.675)	(29.174)	(24.675)	(29.174)
Outras despesas operacionais		(18.738)	(86.528)	(18.396)	(86.310)
		(55.651)	(115.688)	(39.993)	(115.470)
Resultado de equivalência patrimonial		(20.143)	(110.343)	113.692	(17.876)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		18.280	238.234	(14.552)	210.907
Receitas financeiras	27	521.083	206.035	510.940	202.173
Despesas financeiras	27	(733.796)	(496.845)	(729.840)	(496.742)
Resultado antes dos impostos		(194.433)	(52.576)	(233.452)	(83.662)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10d	90.104	(72.117)	133.128	(40.909)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	(29.623)	63.042	(33.628)	62.920
PREJUÍZO DO PERÍODO		(133.952)	(61.651)	(133.952)	(61.651)
Prejuízo por ação ordinária – R\$	24	(0,0462)	(0,0213)	(0,0462)	(0,0213)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	791.761	5.237	791.761	5.237
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>791.761</u>	<u>5.237</u>	<u>791.761</u>	<u>5.237</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018
PREJUÍZO DO PERÍODO	(133.952)	(61.651)	(133.952)	(61.651)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(133.952)</u>	<u>(61.651)</u>	<u>(133.952)</u>	<u>(61.651)</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Adiantamento Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.837.710	100.000	2.702.600	153.522	-	4.793.832
Lucro líquido do período	-	-	-	-	5.237	5.237
Aumento de capital	762.290	(100.000)	(662.290)	-	-	-
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(30.848)	30.848	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	2.600.000	-	2.040.310	122.674	36.085	4.799.069
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.600.000	-	2.362.614	17.522	-	4.980.136
Reversão de reserva de incentivos fiscais referente a exercícios anteriores (1)	-	-	(1.166)	-	1.166	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	791.761	791.761
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(10.459)	10.459	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019	2.600.000	-	2.361.448	7.063	803.386	5.771.897

(1) A ser deliberado na próxima Assembleia Geral Ordinária.

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		791.761	5.237	791.761	5.237
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e amortização	26	171.231	109.445	119.200	109.307
Baixas de valor residual líquido de imobilizado, intangível e financeiro da concessão		8.699	34.889	3.276	34.891
Atualização financeira dos ativos de contrato e ativos financeiros da concessão	12 e 13	(368.126)	(536.224)	(124.057)	(290.495)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	13	(8.483)	(11.977)	(8.483)	(11.977)
Equivalência patrimonial	14	11.390	250.755	(454.412)	(48.738)
Juros e variações monetárias		585.899	623.466	575.127	626.670
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	20	434.396	774.340	434.396	774.340
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	20	8.751	16.764	8.751	16.764
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	193.851	(56.996)	198.906	(56.885)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	9	(666.122)	-	(640.455)	-
Provisões para perdas operacionais, líquidas	26c	1.002.228	15.468	978.987	15.484
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	29	(1.099.230)	(322.847)	(1.099.230)	(322.847)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	29	32.619	62.591	32.619	62.591
Provisão para ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia – Renova		(62.575)	(51.635)	(62.575)	(51.635)
Obrigações pós-emprego	22	75.343	65.811	75.343	65.811
		1.111.632	979.087	829.154	928.518
(Aumento) Redução de ativos					
Consumidores e revendedores		(226.481)	(22.053)	(217.694)	5.564
Tributos compensáveis		2.544	(78.221)	5.912	(77.366)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(27.111)	(11.823)	(15.677)	(11.033)
Concessionários e Transporte de energia		(23.228)	14.360	(23.234)	14.384
Depósitos vinculados a litígios		21.462	(21.978)	(817)	(21.978)
Dividendos recebidos		102.767	92.230	434.399	397.571
Ativos financeiros da concessão		328.002	1.645.708	134.838	1.459.751
Ativos de contrato		(41.872)	-	(41.872)	-
Adiantamento a fornecedores		(33.296)	(69.387)	(38.045)	(93.087)
Outros		93.219	7.566	91.395	9.543
		196.006	1.556.402	329.205	1.683.349
(Aumento) Redução de passivos					
Fornecedores		17.873	(1.113)	21.987	(18.363)
Impostos, taxas e contribuições		(14.231)	(18.865)	(17.643)	(19.667)
Imposto de renda e contribuição social		493.576	140.609	344.700	40.909
Salários e contribuições sociais		1.684	6.091	1.654	6.091
Encargos regulatórios		19.196	(37.235)	17.644	(39.174)
Obrigações pós-emprego	22	(55.717)	(50.262)	(55.717)	(50.262)
Adiantamento de clientes		(40.894)	(122.089)	(40.894)	(122.089)
Outros		(15.070)	(27.600)	(18.278)	(23.973)
		406.417	(110.464)	253.453	(226.528)
Caixa gerado nas operações		1.714.055	2.425.025	1.411.812	2.385.339
Juros recebidos		24.578	-	24.578	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(686.774)	(193.184)	(542.646)	(72.587)
Juros pagos de empréstimos	20	(449.205)	(473.922)	(449.205)	(473.922)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)		42.459	12.981	34.653	12.981
Juros pagos de arrendamentos	17	(5.531)	-	(5.415)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		639.582	1.770.900	473.777	1.851.811

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	14b	(43.050)	(167.565)	(43.050)	(167.605)
Redução de capital em investida		-	-	15.500	-
Mútuo com partes relacionadas		400.000	(1.030.000)	400.000	(1.030.000)
No imobilizado	15	(45.156)	(41.848)	(17.371)	(37.134)
No intangível	16	(1.563)	(1.569)	(1.255)	(1.569)
Em títulos e valores mobiliários		(303.325)	67.651	(197.335)	4.900
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		6.906	(1.173.331)	156.489	(1.231.408)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos obtidos		-	1.948.018	-	1.948.018
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(42.947)	(200.000)	(42.501)	(200.000)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	20	(537.892)	(1.903.304)	(537.892)	(1.903.304)
Pagamentos de arrendamentos	17	(10.803)	-	(10.447)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(591.642)	(155.286)	(590.840)	(155.286)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	301.696	403.339	226.830	366.169
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	356.542	845.622	266.256	831.286

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Set/2019		Jan a Set/2018		Jan a Set/2019		Jan a Set/2018	
RECEITAS								
Venda de energia e serviços	5.959.947		5.771.655		5.308.306		5.414.554	
Receita de construção	150.158		12.726		150.158		12.726	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	244.069		245.729		-		-	
Investimentos em imobilizado	17.688		52.513		17.688		52.513	
Receita de indenização da transmissão	124.057		208.164		124.057		208.164	
Receita de indenização de geração	-		82.331		-		82.331	
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	424.403		-		408.612		-	
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(31.315)		(138)		(7.374)		(138)	
Outras receitas (despesas)	17.921		191		17.921		191	
	6.906.928		6.373.171		6.019.368		5.770.341	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(3.098.219)		(3.140.598)		(3.055.137)		(3.069.395)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(155.199)		(185.729)		(112.645)		(156.863)	
Serviços de terceiros	(181.250)		(134.282)		(152.564)		(123.173)	
Materiais	(106.808)		(57.982)		(102.711)		(56.464)	
Concessão onerosa	(2.127)		(2.068)		(2.120)		(2.068)	
Outros custos operacionais	(1.027.411)		(128.952)		(1.025.950)		(127.439)	
	(4.571.014)		(3.649.611)		(4.451.127)		(3.535.402)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.335.914		2.723.560		1.568.241		2.234.939	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização	(171.231)		(109.445)		(119.200)		(109.307)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.164.683		2.614.115		1.449.041		2.125.632	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	(11.390)		(250.755)		454.412		48.738	
Receitas financeiras	1.471.376		459.349		1.429.838		444.356	
	1.459.986		208.594		1.884.250		493.094	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.624.669		2.822.709		3.333.291		2.618.726	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	322.178	8,88	271.022	9,60	307.410	9,23	253.773	9,70
Remuneração direta	210.360	5,80	177.210	6,28	196.028	5,88	161.364	6,16
Benefícios	93.909	2,59	75.963	2,69	93.580	2,81	75.027	2,87
FGTS	12.055	0,33	11.118	0,39	11.948	0,36	10.651	0,41
Programa de desligamento voluntário programado	5.854	0,16	6.731	0,24	5.854	0,18	6.731	0,26
Impostos, taxas e contribuições	1.380.308	38,10	1.022.373	36,22	1.118.769	33,56	837.803	31,99
Federais	896.024	24,72	607.718	21,53	693.508	20,81	456.312	17,42
Estaduais	478.323	13,20	412.486	14,61	422.483	12,67	379.365	14,49
Municipais	5.961	0,18	2.169	0,08	2.778	0,08	2.126	0,08
Remuneração de capitais de terceiros	1.130.422	31,18	1.524.077	53,99	1.115.351	33,46	1.521.913	58,11
Juros	1.125.243	31,04	1.505.431	53,33	1.111.243	33,34	1.503.755	57,42
Aluguéis	5.179	0,14	18.646	0,66	4.108	0,12	18.158	0,69
Remuneração de capitais próprios	791.761	21,84	5.237	0,19	791.761	23,75	5.237	0,20
Lucros acumulados	791.761	21,84	5.237	0,19	791.761	23,75	5.237	0,20
	3.624.669	100,00	2.822.709	100,00	3.333.291	100,00	2.618.726	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui também participação em 83 usinas, sendo 75 hidrelétricas, 6 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.561 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia possui participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias, e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias em 11 de novembro de 2019.

2.2 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do IFRS 16/CPC 06 (R2). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas informações contábeis intermediárias a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotaram as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentou informações e saldos em base comparativa.

A Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2), sendo os impactos desta, em 1º de janeiro de 2019, apresentados a seguir:

01/01/2019	Consolidado	Controladora
Ativo - Direito de uso	61.202	59.545
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(61.202)	(59.545)

Nas tabelas a seguir, é apresentado o impacto da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2019 e na demonstração de resultados para os períodos de três e nove meses findos naquela data:

Balanços Patrimoniais	Consolidado			Controladora		
	30/09/2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	30/09/2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	30/09/2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	30/09/2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)
Ativo circulante	3.425.831	-	3.425.831	2.842.851	-	2.842.851
Ativo não circulante	14.874.559	59.816	14.934.375	15.064.524	58.560	15.123.084
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	-	59.816	59.816	-	58.560	58.560
Outros ativos não circulantes	14.874.559	-	14.874.559	15.064.524	-	15.064.524
Passivo circulante	2.701.560	20.679	2.722.239	2.342.953	20.085	2.363.038
Operações de arrendamento mercantil – obrigações	-	20.679	20.679	-	20.085	20.085
Outros passivos circulantes	2.701.560	-	2.701.560	2.342.953	-	2.342.953
Passivo não circulante	9.824.678	41.392	9.866.070	9.790.318	40.682	9.831.000
Operações de arrendamento mercantil – obrigações	-	40.829	40.829	-	40.122	40.122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	658.908	563	659.471	634.416	560	634.976
Outros passivos não circulantes	9.165.770	-	9.165.770	9.155.902	-	9.155.902
Patrimônio líquido	5.774.152	(2.255)	5.771.897	5.774.104	(2.207)	5.771.897

Demonstrações de Resultados	Consolidado			Controladora		
	Jan a Set/2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	Jan a Set/2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Jan a Set/2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	Jan a Set/2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)
Receitas Líquida	5.963.697	-	5.963.697	5.174.410	-	5.174.410
Custos e despesas operacionais	(4.823.091)	3.839	(4.819.252)	(4.615.818)	3.768	(4.612.050)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.390)	-	(11.390)	454.412	-	454.412
Resultado financeiro, líquido	351.664	(5.531)	346.133	324.010	(5.415)	318.595
Imposto de renda e contribuição social	(686.864)	(563)	(687.427)	(543.046)	(560)	(543.606)
RESULTADO DO PERÍODO	794.016	(2.255)	791.761	793.968	(2.207)	791.761

Demonstrações de Resultados	Consolidado			Controladora		
	Jul a Set/2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	Jul a Set/2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Jul a Set/2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	Jul a Set/2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)
Receitas Líquida	1.766.124	-	1.766.124	1.496.330	-	1.496.330
Custos e despesas operacionais	(1.728.246)	545	(1.727.701)	(1.625.094)	520	(1.624.574)
Resultado de equivalência patrimonial	(20.143)	-	(20.143)	113.692	-	113.692
Resultado financeiro, líquido	(210.922)	(1.791)	(212.713)	(217.145)	(1.755)	(218.900)
Imposto de renda e contribuição social	60.901	(420)	60.481	99.920	(420)	99.500
RESULTADO DO PERÍODO	(132.286)	(1.666)	(133.952)	(132.297)	(1.655)	(133.952)

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir dessa data e analisaram os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento.

2.3 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2018	30/09/2019	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios da consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	30	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	8	Tributos Compensáveis
-	9	Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS – Ação judicial com trânsito em julgado
10	10	Imposto de renda e contribuição social
11	11	Depósitos vinculados a litígios
12	12	Ativos financeiros da concessão
13	13	Ativos de contratos
14	14	Investimentos
15	15	Imobilizado
16	16	Intangíveis
-	17	Operações de arrendamento mercantil
17	18	Fornecedores
18	19	Impostos, taxas e contribuições
19	20	Empréstimos, financiamentos e debêntures
20	21	Encargos regulatórios
21	22	Obrigações pós-emprego
22	23	Provisões
23	24	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
24	25	Receitas
25	26	Custos e despesas operacionais
26	27	Receitas e despesas financeiras
27	28	Transações com partes relacionadas
28	29	Instrumentos financeiros e gestão de riscos

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias, pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
29	Seguros
30	Obrigações contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades Controladas	Forma de avaliação	30/09/2019 e 31/12/2018	
		Participação Direta (%)	
Cemig Baguari Energia S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação		100,00
Sá Carvalho S.A.	Consolidação		100,00
Horizontes Energia S.A.	Consolidação		100,00
Rosal Energia S.A.	Consolidação		100,00
Cemig PCH S.A.	Consolidação		100,00
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (1)	Consolidação		100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Trading S.A.	Consolidação		100,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação		100,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação		100,00

(1) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detem junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão	Contrato de concessão	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)			10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002 Resolução autorizativa	10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (4)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	Cemig GT	79/2000	10/2030

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo esta classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, são classificados como ativo de contrato por possuírem obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Contas bancárias	3.152	4.135	549	3.583
Aplicações financeiras:				
Certificados de depósitos bancários (1)	295.214	246.691	240.374	219.204
Overnight (2)	58.176	50.870	25.333	4.043
	353.390	297.561	265.707	223.247
	356.542	301.696	266.256	226.830

- Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 85% a 103,10% em 30 de setembro de 2019 conforme operação (75% a 106% em 31 de dezembro 2018).
- As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 5,39% em 30 de setembro de 2019 (6,39% em 31 de dezembro de 2018) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Letras financeiras (LFs) – Bancos (1)	369.047	118.374	160.702	9.409
Letras financeiras do tesouro (LFTs) (2)	110.723	56.572	48.214	4.496
Debêntures (3)	6.822	8.338	2.971	663
Outros	79	62	79	63
	486.671	183.346	211.966	14.631
Ativo circulante	486.671	161.848	211.966	12.922
Ativo não circulante	-	21.498	-	1.709

- As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 101,95% a 113% do CDI em 30 de setembro de 2019 (102% a 111,25% em 31 de dezembro 2018).
- As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 149,8% do CDI em 30 de setembro de 2019 (104,25% a 151,0% do CDI em 31 de dezembro 2018).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 28.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 a 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	Consolidado	
	Faturado	Não Faturado				30/09/2019	31/12/2018
Industrial	7.309	263.561	25.978	21.798	34.857	353.503	341.012
Comércio, serviços e outras	10.167	74.136	1.535	130	-	85.968	67.675
Produtor rural	-	-	-	-	-	-	45
Suprimento a outras concessionárias	5.483	219.150	23.885	13.385	623	262.526	334.929
Concessionários – transp. de energia	10.424	78.920	296	67	4.685	94.392	71.164
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	-	-	419.405	-	-	419.405	165.720
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(9.045)	(16.547)	(15.749)	(41.341)	(24.486)
	33.383	635.767	462.054	18.833	24.416	1.174.453	956.059
Ativo circulante						1.165.938	951.039
Consumidores e revendedores						1.071.546	879.875
Concessionários – Transp. energia						94.392	71.164
Ativo não circulante						8.515	5.020
Consumidores e revendedores						8.515	5.020

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 a 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	Controladora	
	Faturado	Não Faturado				30/09/2019	31/12/2018
Industrial	505	228.864	639	5.435	15.108	250.551	251.621
Comércio, serviços e outras	10.167	74.136	1.535	129	-	85.967	67.675
Produtor rural	-	-	-	-	-	-	45
Suprimento a outras concessionárias	-	191.100	15.642	434	623	207.799	284.935
Concessionários – transp. de energia	10.446	78.975	296	67	4.686	94.470	71.236
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	-	-	419.414	-	-	419.414	156.221
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(734)	(5.842)	(10.824)	(17.400)	(24.486)
	21.118	573.075	436.792	223	9.593	1.040.801	807.247
Ativo circulante						1.039.194	802.227
Consumidores e revendedores						944.724	730.991
Concessionários – Transp. energia						94.470	71.236
Ativo não circulante						1.607	5.020
Consumidores e revendedores						1.607	5.020

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

O ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no período é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.623	21.623
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	138	138
Saldo em 30 de setembro de 2018	21.761	21.761
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.486	24.486
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	31.315	7.374
Baixa	(14.460)	(14.460)
Saldo em 30 de setembro de 2019	41.341	17.400

Adiantamento de Clientes

A Companhia recebeu de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que a movimentação no saldo da obrigação está demonstrada a seguir:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	190.758
Atualização financeira	7.373
Baixa	(122.089)
Saldo em 30 de setembro de 2018	76.042
Saldo em 31 de dezembro de 2018	40.267
Atualização financeira	627
Baixa	(40.894)
Saldo em 30 de setembro de 2019	-

Os adiantamentos foram atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Companhia, nas condições a seguir:

30/09/2019				Saldos em 30/09/2019	Saldos em 31/12/2018
Contraparte	Período para faturamento da energia	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de MWh entregues (1)		
White Martins Gases Industriais Ltda	Até Jun/2019	124% do CDI	323.057.344	-	40.267

(1) Quantidade referente ao volume total de energia entregue durante o período de vigência do contrato.

A receita de venda de energia antecipada foi reconhecida no resultado apenas quando ocorreu a sua efetiva entrega, momento em que as obrigações de desempenho foram cumpridas.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS a recuperar	22.217	24.300	15.118	18.385
COFINS	3.528	5.316	1.412	4.161
PASEP	872	1.018	172	773
INSS	14.959	14.662	14.959	14.662
Outros	3.040	3.209	1.921	3.185
	44.616	48.505	33.582	41.166
Não Circulante				
ICMS a recuperar (1)	18.740	17.068	18.740	17.068
COFINS (2)	552.375	-	531.155	-
PIS-PASEP (2)	119.995	-	115.316	-
Outros	430	757	-	-
	691.540	17.825	665.211	17.068
	736.156	66.330	698.793	58.234

(1) Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses.

(2) Créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. Mais informações na nota explicativa nº 9.

9. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO

Em 16 de julho de 2008, a Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic.

Em julho de 2008, a Companhia obteve liminar e passou a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. A Companhia manteve esse procedimento de agosto de 2008 até agosto de 2011 e, a partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Em 2017, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia baixou os passivos correspondentes aos valores depositados em juízo entre 2008 e 2011.

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito desta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Em 11 de junho de 2019, considerando o trânsito em julgado das suas ações, a Companhia solicitou o levantamento dos depósitos judiciais, no valor total de R\$205.966, ainda pendente de deliberação judicial.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza referente as subsidiárias integrais Sá Carvalho S.A. e Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.).

A Companhia possui duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal. A opção de compensação será priorizada, com o objetivo de acelerar a recuperação dos créditos em questão.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins, incluindo sua atualização pela Selic, em 30 de setembro de 2019:

Créditos de PIS/Pasep e Cofins	Cemig GT	Sá Carvalho	Cemig Geração Poço Fundo	Total
Efeitos no balanço patrimonial				
Tributos compensáveis (Jul/2003 a Mai/2019)	646.471	24.248	1.651	672.370
Impostos, taxas e contribuições (1)	(6.035)	(219)	(18)	(6.272)
IR/CS	(217.748)	(8.170)	(555)	(226.473)
Patrimônio líquido	422.688	15.859	1.078	439.625
Efeitos no resultado do período				
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (outras receitas operacionais)	408.612	14.797	994	424.403
Receita financeira	237.859	9.451	657	247.967
PIS/Pasep e Cofins sobre a receita financeira	(6.035)	(219)	(18)	(6.272)
Imposto de renda e contribuição social	(217.748)	(8.170)	(555)	(226.473)
Impacto no lucro líquido do período	422.688	15.859	1.078	439.625

(1) PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira de atualização dos créditos tributários reconhecidos.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do imposto de renda da pessoa jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante				
Imposto de renda	252.482	90.679	251.204	88.599
Contribuição social	127.601	68.481	126.963	68.139
	380.083	159.160	378.167	156.738
Não circulante				
Imposto de renda	1.087	2.499	-	-
Contribuição social	606	616	-	-
	1.693	3.115	-	-

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfra por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de renda e contribuição social

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Circulante		
Imposto de renda	82.161	83.207
Contribuição social	29.088	28.850
	111.249	112.057

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
ATIVO				
Obrigações pós-emprego	327.507	316.092	327.507	316.092
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	10.145	8.326	5.916	8.326
Provisões para contingências	117.489	33.532	117.434	33.250
Provisão put SAAG	153.601	142.510	153.601	142.510
Provisão para perdas em investimentos	262.652	273.558	262.652	273.558
Outras provisões	16.980	23.130	16.980	23.130
Concessão onerosa	7.957	7.683	7.957	7.683
Outros	12.742	6.534	12.716	6.262
	909.073	811.365	904.763	810.811
PASSIVO				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(233.660)	(239.092)	(213.885)	(218.534)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa dos ativos da concessão	(528.712)	(552.327)	(528.712)	(552.327)
Valor justo de participações societárias	(149.003)	(155.457)	(149.003)	(155.457)
Atualização de depósitos judiciais	(722)	(29.708)	-	(28.752)
Instrumentos financeiros derivativos (<i>swap</i>)	(635.836)	(276.534)	(635.836)	(276.534)
Outros	(16.374)	(19.978)	(12.303)	(15.278)
	(1.564.307)	(1.273.096)	(1.539.739)	(1.246.882)
Total líquido	(655.234)	(461.731)	(634.976)	(436.071)
Total do ativo	4.237	-	-	-
Total do passivo	(659.471)	(461.731)	(634.976)	(436.071)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(416.446)	(416.305)
Efeitos alocados ao resultado	56.996	56.885
Saldos em 30 de setembro de 2018	(359.450)	(359.420)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(461.731)	(436.070)
Efeitos alocados ao resultado	(193.851)	(198.906)
Outros	348	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	(655.234)	(634.976)

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Lucro antes dos impostos	1.479.188	88.850	1.335.367	(10.739)
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(502.924)	(30.209)	(454.025)	3.651
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Incentivos fiscais	4.299	2.474	3.342	1.604
Resultado de equivalência patrimonial	(11.800)	(89.710)	150.048	12.118
Multas indedutíveis	(9.066)	-	(9.066)	-
Contribuições e doações indedutíveis	(981)	(911)	(659)	(907)
Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real	65.989	(508)	-	(275)
PECLD com partes relacionadas	(233.930)	35.341	(233.930)	-
Outros	986	(90)	684	(215)
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(687.427)	(83.613)	(543.606)	15.976
Imposto corrente	(493.576)	(140.609)	(344.700)	(40.909)
Imposto diferido	(193.851)	56.996	(198.906)	56.885
	(687.427)	(83.613)	(543.606)	15.976
Alíquota efetiva	46,47%	94,11%	40,71%	148,77%

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018
Lucro antes dos impostos	(194.433)	(52.576)	(233.452)	(83.662)
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	66.107	17.876	79.373	28.445
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Incentivos fiscais	(4.687)	2.474	(5.591)	1.604
Resultado de equivalência patrimonial	(9.563)	(39.002)	37.171	(7.563)
Multas indedutíveis	(9.062)	(356)	(9.062)	(355)
Contribuições e doações indedutíveis	(652)	(329)	(346)	(96)
Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real	20.280	10.246	-	-
Outros	(1.942)	16	(2.045)	(24)
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	60.481	(9.075)	99.500	22.011
Imposto corrente	90.104	(72.117)	133.128	(40.909)
Imposto diferido	(29.623)	63.042	(33.628)	62.920
	60.481	(9.075)	99.500	22.011
Alíquota efetiva	31,11%	17,26%	42,62%	26,31%

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Trabalhistas	32.107	30.183	31.526	29.649
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	17.120	16.791	15.804	15.475
PIS/Pasep e Cofins (1)	205.966	201.211	194.073	189.922
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	66.104	64.786	66.104	64.786
IPTU	10.990	10.364	10.990	10.364
CSLL (3)	18.062	18.062	18.062	18.062
Outros	2.438	1.496	2.533	1.496
	320.680	312.710	307.566	300.105
Outros				
Bloqueio judicial	1.960	763	1.928	731
Regulatórios	2.961	3.537	2.961	3.537
Outros	5.028	27.181	4.992	4.757
	9.949	31.481	9.881	9.025
	362.736	374.374	348.973	338.779

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes ver a nota explicativa nº 9 – Crédito de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS – Ação judicial com trânsito em julgado.

(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Indenização do Anuênio).

(3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Transmissão - Indenização a receber (1)	1.302.889	1.296.314	1.302.889	1.296.314
Geração – Indenização a receber	816.202	816.202	816.202	816.202
Geração – Bonificação de outorga	2.459.835	2.408.930	-	-
	4.578.926	4.521.446	2.119.091	2.112.516
Circulante	436.490	423.511	186.806	180.995
Não circulante	4.142.436	4.097.935	1.932.285	1.931.521

(1) Os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativos de contrato, conforme requerido pela IFRS 15/ CPC 47. Mais detalhes na nota explicativa nº 13 – Ativos de Contrato.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.237.892	2.475.838	6.713.730	1.900.757	2.475.838	4.376.595
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15	-	(1.092.271)	(1.092.271)	-	(1.092.271)	(1.092.271)
Atualização financeira (a)	301.061	128.675	429.736	55.332	128.675	184.007
Recebimentos	(1.325.312)	(204.948)	(1.530.260)	(1.139.355)	(204.948)	(1.344.303)
Saldos em 30 de setembro de 2018 (reclassificado)	3.213.641	1.307.294	4.520.935	816.734	1.307.294	2.124.028
Reclassificação (b)	-	1.068.329	1.068.329	-	1.068.329	1.068.329
Saldos em 30 de setembro de 2018 (originalmente apresentado)	3.213.641	2.375.623	5.589.264	816.734	2.375.623	3.192.357
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.225.132	1.296.314	4.521.446	816.202	1.296.314	2.112.516
Atualização financeira	244.069	97.331	341.400	-	97.331	97.331
Recebimentos	(193.164)	(134.838)	(328.002)	-	(134.838)	(134.838)
Transferências – Ativo de contrato (nota 13)	-	44.082	44.082	-	44.082	44.082
Saldos em 30 de setembro de 2019	3.276.037	1.302.889	4.578.926	816.202	1.302.889	2.119.091

(a) A receita de atualização financeira da geração está apresentada líquida da baixa de R\$26.999 do custo atribuído das Usinas Miranda e São Simão.

(b) Para fins de comparabilidade, os saldos dos ativos vinculados à infraestrutura de transmissão, originalmente apresentados em 30 de setembro de 2018 como ativo financeiro, foram reclassificados para ativo de contrato considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (vide nota explicativa nº 13 – Ativos de Contrato).

Transmissão - Indenização a Receber

Em 20 de abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela Aneel por meio de Despachos, relativos às instalações da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE, ainda não amortizadas, não depreciadas ou não indenizadas pelo poder concedente, vinculadas aos contratos de concessão renovados nos termos da Lei 12.783/2013, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. Esse dispositivo determinou o recebimento por meio da Receita Anual Permitida - RAP dos valores relativos à RBSE.

Com fundamento nos regulamentos da Aneel e Ministério de Minas e Energia - MME, especialmente a Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, a parcela dos direitos da Companhia para a qual exige-se a passagem do tempo antes do seu pagamento, aplicando-se o CPC 48 (ativo financeiro).

Assim, a parcela não paga desde a prorrogação das concessões, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebida no prazo de 8 anos, considerada componente financeiro, é classificada como ativo financeiro, tendo em vista que não mais envolve a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão.

A classificação dessa parcela como ativo financeiro se fundamenta na inexistência de ativos vinculados ao componente financeiro da RBSE para os quais pudesse ser exigida obrigação de performance para o seu recebimento. Nesse contexto, a Companhia tem o direito incondicional ao recebível, previsto no art. 15 da Lei 12.783/2013, bem como nos regulamentos da Aneel, exigindo-se, basicamente, somente a passagem do tempo para o recebimento da contraprestação devida. Considerando que utiliza-se o custo de capital regulatório previamente definido pela Aneel, por meio da Resolução 762/2017, para remuneração do ativo financeiro reconhecido, este é classificado como mensurado ao custo amortizado, nos termos da IFRS 09/CPC 48, pois é mantido em modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, que constituem o pagamento de principal e juros sobre o principal em aberto.

Em relação às instalações da RBSE vinculadas ao contrato de concessão da Companhia, a Aneel homologou, por meio do Despacho nº 2.181, em 16 de agosto de 2016, o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização, que foi, assim, registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros definidos nos regulamentos da Aneel, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 30 de setembro de 2019, no montante de R\$1.302.889 (R\$1.296.314 em 31 de dezembro de 2018) é classificado como ativo financeiro, mensurado pelo método do custo amortizado, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R\$863.103 em 30 de setembro de 2019 (R\$936.945 em 31 de dezembro de 2018) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos por meio da RAP, com início em julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$439.786 em 30 de setembro de 2019 (R\$359.369 em 31 de dezembro de 2018), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, por meio da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/Aneel, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito a receber os valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 30 de setembro de 2019.

Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 30 de setembro de 2019, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica ativos financeiros da concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

Bonificação pela outorga – Concessões de geração

A bonificação pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	131.837	(103.787)	1.397.950
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	41.564	(32.731)	438.743
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	17.494	(13.916)	164.179
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	13.032	(10.359)	123.125
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	18.203	(14.576)	160.844
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	13.651	(11.068)	109.280
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	64.153	8.288	(6.727)	65.714
Total		2.408.930	244.069	(193.164)	2.459.835

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	133.096	(99.914)	1.363.316
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	41.952	(31.510)	427.835
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	17.549	(13.396)	159.747
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	13.077	(9.973)	119.814
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	18.207	(14.032)	156.345
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	13.596	(10.655)	106.074
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	8.252	(6.477)	63.776
Total		2.337.135	245.729	(185.957)	2.396.907

A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

13. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos vinculados à infraestrutura da concessão cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos em 30 de setembro de 2019:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Transmissão – Ativos reincorporados à base de remuneração de ativos	381.179	492.405	381.179	492.405
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	777.877	636.905	777.877	636.905
	1.159.056	1.129.310	1.159.056	1.129.310
Circulante	179.617	130.951	179.617	130.951
Não circulante	979.439	998.359	979.439	998.359

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (nota 12)	1.092.271
Adições	12.726
Atualização financeira	79.489
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	11.977
Recebimentos	(128.174)
Transferências para o ativo imobilizado (nota 15)	40
Saldo em 30 de setembro de 2018 (reclassificado)	1.068.329
Reclassificação (a)	(1.068.329)
Saldo em 30 de setembro de 2018 (originalmente apresentado)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (a)	1.129.310
Adições	150.158
Atualização financeira	26.726
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	8.483
Recebimentos	(108.286)
Baixa	(3.259)
Transferências para o imobilizado (nota 15)	6
Transferências para o ativo financeiro (nota 12)	(44.082)
Saldo em 30 de setembro de 2019	1.159.056

(a) Para fins de comparabilidade, os saldos dos ativos vinculados à infraestrutura de transmissão, originalmente apresentados em 30 de setembro de 2018 como ativo financeiro, foram reclassificados para ativos de contrato considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (vide nota explicativa nº 12 – Ativos Financeiro da Concessão).

Os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão são classificados como ativos de contrato, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela construção, operação, manutenção e disponibilidade das linhas de transmissão. Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

Saldo remanescente a ser recebido por meio da RAP

A parcela econômica da RAP, referente às instalações da RBSE (Rede Básica), substanciada na quota de reintegração regulatória incorporada à base de remuneração, nos termos da Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, é classificada como ativo de contrato, à medida que a satisfação da obrigação de performance vinculada à construção desses ativos ocorre durante a sua vida útil (disponibilidade da rede).

O direito à contraprestação vinculado a esses ativos depende da disponibilidade da rede, uma vez que foram reincorporados à base de remuneração mediante a renovação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, e serão recebidos pelo prazo remanescente de sua vida útil, à medida da prestação dos serviços de operação e manutenção. Assim, o ativo é reconhecido de acordo com a IFRS 15 / CPC 47, como ativo de contrato, representando o desempenho concluído antes do direito ao recebimento da contraprestação, que ocorrerá durante a utilização da infraestrutura construída, pelo período de sua vida útil, em conformidade à Resolução Aneel 762/2017, concomitantemente à prestação de serviços de operação e manutenção, necessários à disponibilidade da rede.

Esses valores, originados da adesão aos termos da Lei 12.783/13, alcançam o montante de R\$381.179 em 30 de setembro de 2019 (R\$492.405 em 31 de dezembro de 2018) e estão sendo recuperados por meio da RAP.

Ativos remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a Aneel calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 30 de setembro de 2019, o saldo a receber é de R\$777.877 (R\$636.905 em 31 de dezembro de 2018).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, concede o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento e mensuração da receita e dos custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

14. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Coligadas				
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	202.094	270.090	202.094	270.090
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	413.955	470.022	413.955	470.022
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	55.291	49.213	55.291	49.213
Guanhães Energia	131.052	111.838	131.052	111.838
Hidrelétrica Pipoca	28.549	30.629	28.549	30.629
Lightger	45.306	42.191	45.306	42.191
Baguari Energia	163.505	162.224	163.505	162.224
Aliança Norte (usina Belo Monte)	675.283	663.755	675.283	663.755
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.033.525	1.012.636	1.033.525	1.012.636
Aliança Geração	1.278.775	1.216.860	1.278.775	1.216.860
Retiro Baixo	180.116	170.720	180.116	170.720
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.168	5.130	5.168	5.130
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	20	36
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.390.759	1.395.614
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	455.131	440.083
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	168.758	178.545
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	128.650	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	166.729	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	114.354	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	69.392	69.898
Rosal Energia S.A.	-	-	121.492	124.897
Sá Carvalho S.A.	-	-	118.112	94.447
Horizontes Energia S.A.	-	-	51.160	54.953
Cemig PCH S.A.	-	-	87.777	92.987
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (1)	-	-	3.562	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	14.596	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	-	-	2.859	2.841
Cemig Trading S.A.	-	-	16.234	28.135
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	146.741	145.880
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	169.003	180.976
Total do Investimento	4.212.619	4.205.308	7.437.948	7.488.441

(1) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

As investidas da Companhia não consolidadas compõem-se de controladas em conjunto e da participação na usina de Santo Antônio.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Controladora	31/12/2017	Amortização	30/09/2018	31/12/2018	Amortização	30/09/2019
Retiro Baixo	28.344	(886)	27.458	31.966	(1.042)	30.924
Central Eólica Praias de Parajuru	16.503	(1.060)	15.443	66.286	(4.661)	61.625
Central Eólica Volta do Rio	11.035	(653)	10.382	95.819	(6.160)	89.659
Central Eólica Praias de Morgado	23.956	(1.457)	22.499	-	-	-
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	151.384	(4.467)	146.917	18.000	(552)	17.448
Aliança Geração	402.844	(18.982)	383.862	377.534	(18.982)	358.552
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	54.546	(1.478)	53.068	52.575	(1.479)	51.096
	688.612	(28.983)	659.629	642.180	(32.876)	609.304

Consolidado	31/12/2017	Amortização	30/09/2018	31/12/2018	Amortização	30/09/2019
Retiro Baixo	28.344	(886)	27.458	31.966	(1.042)	30.924
Central Eólica Praias de Parajuru	16.503	(1.060)	15.443	-	-	-
Central Eólica Volta do Rio	11.035	(653)	10.382	-	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	23.956	(1.457)	22.499	-	-	-
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	151.384	(4.467)	146.917	18.000	(552)	17.448
Aliança Geração	402.844	(18.982)	383.862	377.534	(18.982)	358.552
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	54.546	(1.478)	53.068	52.575	(1.479)	51.096
	688.612	(28.983)	659.629	480.075	(22.055)	458.020

b) A movimentação dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 30/09/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	9.499	-	(3.421)	55.291
Guanhães Energia	111.838	(552)	19.766	-	131.052
Hidrelétrica Pipoca	30.629	2.294	-	(4.374)	28.549
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	270.090	(67.996)	-	-	202.094
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	470.022	(56.067)	-	-	413.955
Baguari Energia	162.224	14.844	-	(13.563)	163.505
Lightger	42.191	6.106	-	(2.991)	45.306
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.012.636	20.814	75	-	1.033.525
Aliança Norte (usina Belo Monte)	663.755	10.575	953	-	675.283
Aliança Geração	1.216.860	61.915	-	-	1.278.775
Retiro Baixo	170.720	9.396	-	-	180.116
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(22.218)	22.256	-	5.168
Total do Investimento	4.205.308	(11.390)	43.050	(24.349)	4.212.619

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros (1)	Saldo em 30/09/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	9.499	-	(3.421)	-	55.291
Guanhães Energia	111.838	(552)	19.766	-	-	131.052
Hidrelétrica Pipoca	30.629	2.294	-	(4.374)	-	28.549
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	270.090	(67.996)	-	-	-	202.094
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	470.022	(56.067)	-	-	-	413.955
Baguari Energia	162.224	14.844	-	(13.563)	-	163.505
Central Eólica Praias Parajuru	145.880	873	-	(12)	-	146.741
Central Eólica Volta do Rio	180.976	(11.973)	-	-	-	169.003
Lightger	42.191	6.106	-	(2.991)	-	45.306
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.012.636	20.814	75	-	-	1.033.525
Aliança Norte (usina Belo Monte)	663.755	10.575	953	-	-	675.283
Aliança Geração	1.216.860	61.915	-	-	-	1.278.775
Retiro Baixo	170.720	9.396	-	-	-	180.116
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(22.218)	22.256	-	-	5.168
Cemig Baguari	36	(16)	-	-	-	20
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.395.614	132.652	-	(137.507)	-	1.390.759
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.083	48.707	-	(33.659)	-	455.131
Cemig Ger. Itutinga S.A.	178.545	31.180	-	(40.967)	-	168.758
Cemig Geração Camargos S.A.	131.570	24.222	-	(27.142)	-	128.650
Cemig Geração Sul S.A.	176.424	30.832	-	(40.527)	-	166.729
Cemig Geração Leste S.A.	120.686	22.689	-	(29.021)	-	114.354
Cemig Geração Oeste S.A.	69.898	13.668	-	(14.174)	-	69.392
Rosal Energia S.A.	124.897	18.038	-	(21.443)	-	121.492
Sá Carvalho S.A.	94.447	45.005	-	(21.340)	-	118.112
Horizontes Energia S.A.	54.953	12.273	-	(16.066)	-	51.160
Cemig PCH S.A.	92.987	9.419	-	(14.629)	-	87.777
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (1)						
(2)	18.406	1.384	-	(728)	(15.500)	3.562
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	26.755	41.416	-	(53.575)	-	14.596
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	2.841	1.082	-	(1.064)	-	2.859
Cemig Trading S.A.	28.135	44.351	-	(56.252)	-	16.234
Total do Investimento	7.488.441	454.412	43.050	(532.455)	(15.500)	7.437.948

(1) A movimentação apresentada na coluna "Outros" refere-se a redução do capital social da investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 11 de fevereiro de 2019, com efeitos a partir de 20 de abril de 2019, conforme estabelecido pela Lei 6.404/1976.

(2) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	Saldo em 30/09/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	8.347	-	(16.350)	49.954
Guanhães Energia	25.018	(564)	51.070	-	75.524
Hidrelétrica Pipoca	26.023	4.548	-	(1.203)	29.368
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	534.761	(118.779)	84	-	416.066
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	582.504	(101.034)	-	-	481.470
Baguari Energia	148.422	22.515	-	(3.558)	167.379
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(7.483)	-	(7.793)	44.825
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(14.106)	-	-	53.619
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(5.949)	-	-	44.620
Lightger	40.832	2.090	-	(1.779)	41.143
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	55.699	70.181	-	992.434
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	33.107	42.169	-	651.980
Aliança Geração	1.242.170	40.603	-	-	1.282.773
Retiro Baixo	157.773	10.480	-	-	168.253
Renova	282.524	(176.424)	-	-	106.100
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.805)	4.061	-	3.955
Total do investimento	4.723.336	(250.755)	167.565	(30.683)	4.609.463

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	Saldo em 30/09/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	8.347	-	(16.350)	49.954
Guanhães Energia	25.018	(564)	51.070	-	75.524
Hidrelétrica Pipoca	26.023	4.548	-	(1.203)	29.368
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	534.761	(118.779)	84	-	416.066
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	582.504	(101.034)	-	-	481.470
Baguari Energia	148.422	22.515	-	(3.558)	167.379
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(7.483)	-	(7.793)	44.825
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(14.106)	-	-	53.619
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(5.949)	-	-	44.620
Lightger	40.832	2.090	-	(1.779)	41.143
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	55.699	70.181	-	992.434
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	33.107	42.169	-	651.980
Aliança Geração	1.242.170	40.603	-	-	1.282.773
Retiro Baixo	157.773	10.480	-	-	168.253
Renova	282.524	(176.424)	-	-	106.100
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.805)	4.061	-	3.955
Cemig Baguari	23	(25)	40	-	38
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.391.822	132.828	-	(170.201)	1.354.449
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.122	48.590	-	(61.205)	427.507
Cemig Ger. Itutinga S.A.	171.279	27.788	-	(29.198)	169.869
Cemig Geração Camargos S.A.	130.426	23.162	-	(29.686)	123.902
Cemig Geração Sul S.A.	167.571	30.248	-	(28.547)	169.272
Cemig Geração Leste S.A.	115.885	23.797	-	(26.144)	113.538
Cemig Geração Oeste S.A.	69.398	13.105	-	(16.252)	66.251
Total do investimento	7.209.862	48.738	167.605	(391.916)	7.034.289

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 30 de setembro de 2019			Em 31 de dezembro de 2018		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Coligadas							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	3.860.128	15,51	10.619.786	4.656.593
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	111.542	49,00	35.000	100.434
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	267.499	49,00	396.402	228.242
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	58.263	49,00	41.360	62.509
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	235.640	69,39	186.573	233.793
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	92.464	49,00	79.232	86.105
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.893.675.837	49,00	1.208.071	1.273.852	49,00	1.206.127	1.247.307
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.527.723	74,50	1.322.528	1.359.208	74,50	1.322.428	1.359.243
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	2.037.678	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	295.555	49,90	222.850	278.065
Renova (1) (2)	41.719.724	36,23	2.919.019	(851.318)	36,23	2.919.019	(76.489)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	67.585.514	49,00	67.586	10.547	49,00	22.165	10.470
Controladas							
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	20	100,00	306	36
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.390.759	100,00	1.291.423	1.395.614
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	455.131	100,00	405.268	440.083
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	168.758	100,00	151.309	178.545
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	128.650	100,00	113.499	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	166.729	100,00	148.147	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	114.354	100,00	100.569	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	69.392	100,00	60.595	69.898
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	121.492	100,00	46.944	124.897
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	118.112	100,00	36.833	94.447
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	51.160	100,00	39.258	54.953
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	87.777	100,00	45.952	92.987
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (3)	1.402.000	100,00	1.402	3.562	100,00	16.902	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	14.596	100,00	486	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	1.000.000	100,00	1.000	2.859	100,00	1.000	2.841
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	16.234	100,00	1.000	28.135
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	71.834.843	100,00	71.835	85.116	100,00	71.835	79.594
Central Eólica Volta do Rio S.A.	138.867.440	100,00	138.867	79.344	100,00	138.867	85.157

- (1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;
- (2) Em virtude de o patrimônio líquido da Renova ter se tornado negativo, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na investida em 31 de dezembro de 2018, permanecendo neste valor em 30 de setembro de 2019.
- (3) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia, com participação direta de 8,54%.

No período findo em 30 de setembro de 2019, a MESA apresentou prejuízo de R\$796.465 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$328.913. Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a *International Chamber of Commerce* (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

No período findo em 30 de setembro de 2019, a Renova apresentou prejuízo de R\$774.829, prejuízos acumulados de R\$3.825.716, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes consolidados de R\$2.336.280, patrimônio líquido negativo de R\$851.318.

Em face do patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a investida.

Adicionalmente, diante do agravamento da situação financeira da Renova e dos eventos ocorridos em 2019, a Companhia passou a provisionar, a partir daquele momento, uma perda estimada na realização dos créditos que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, cujo montante em 30 de setembro de 2019 corresponde a R\$688 milhões.

Negociações Alto Sertão III

Em 9 de abril de 2019, foi assinado, pela Renova, contrato de compra e venda de ações (“CCVA”) referente à operação de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III para a AES Tietê Energia S.A. (“AES”). Face à não concretização de certos eventos em 2019 e que eram considerados condições precedentes e suspensivas para as negociações com a AES, a operação para a alienação do complexo Alto Sertão III foi encerrada, pois as partes não chegaram a um acordo em relação às condições comerciais da operação.

Alteração no controle da Renova

Em 15 de outubro de 2019, a Light alienou a totalidade das ações na controlada em conjunto Renova para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sendo 7.163.074 ações ordinárias e 98 ações preferenciais, equivalentes a 17,17% do capital social dessa companhia, pelo valor de R\$1,00. Adicionalmente, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos em face da Renova à CG I. Transcorrido o prazo previsto no Acordo de Acionistas da Renova, a Companhia não exerceu o seu direito de preferência nem seu direito de venda conjunta, não alterando assim a sua participação acionária direta na Renova.

Reperfilamento de dívidas junto a credores

Em 23 de julho de 2019, a Renova celebrou uma Cédula de Crédito Bancário com o banco Citibank no valor de R\$185,6 milhões para reperfilamento de dívida vencida, com prazo total de 6 anos, pagamento de juros trimestrais e carência de um ano para início do pagamento do principal.

Adicionalmente, o empréstimo ponte contraído junto ao BNDES com recursos destinados à execução das obras do complexo Eólico Alto Sertão III, no valor de R\$1.012 milhões em 30 de setembro de 2019, que venceu em 15 de outubro de 2019 e não foi liquidado estando a controlada em conjunto inadimplente com o BNDES.

Em 17 de outubro de 2019, a Renova recebeu notificação do BNDES informando que em função do vencimento do empréstimo ponte em 15 de outubro de 2019, foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pelas controladas da Renova Diamantina e Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light S.A., na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou um pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.892.

Pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo o pedido de recuperação judicial ajuizado nesta data pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”), determinando, entre outras medidas: (i) nomeação da KPMG CORPORATE FINANCE para atuar como administradora judicial; (ii) suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005; (iii) apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005; (iv) dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e (v) determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Nesse contexto, em 23 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Renova aprovou a celebração de Contratos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital até montante total e agregado de R\$50.000, com qualquer acionista da Companhia, até 31 de dezembro de 2019.

A Companhia, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que o deferimento do pedido de recuperação judicial ajuizado por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas demonstrações financeiras.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de montagem, organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo de R\$3.663.068 em 30 de setembro de 2019. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e conseqüente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de setembro de 2019 é de R\$1.900.000.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna independentes adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequados e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Madeira Energia S.A. (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequados e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo. Adicionalmente, foi constituído, na Renova, um comitê de acompanhamento, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanham a investigação interna, cujo escopo compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo a legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, do Código de ética e políticas de integridade da Renova.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços no âmbito dessa investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação. As investigações da operação “E o Vento Levou” ainda estão em andamento e conforme Comunicado ao Mercado publicado em 11 de abril de 2019, a Renova está em total colaboração com as autoridades no tocante a essas investigações.

Adicionalmente, em 30 de outubro de 2019, a Renova divulgou ao mercado que tomou conhecimento da lavratura de auto de infração pela Receita Federal do Brasil, com base na “Operação Descarte”, questionando a apuração de IRPJ, CSLL e o recolhimento de IRRF, supostamente devidos pela investida, compreendendo os valores de R\$8.037, R\$2.893 e R\$78.388, respectivamente, incluindo, em todos os casos, multas e juros. A Renova informou, ainda, que avaliará a fundamentação do referido auto de infração em conjunto com seus assessores jurídicos e, se for o caso, apresentará impugnação do lançamento no prazo regulamentar.

Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou o auto de infração contra a controlada indireta Espra, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação, sendo exigível, assim, o recolhimento de imposto de renda retido na fonte, acrescido de multas e juros, pelo valor estimado de R\$1.788. A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela fiscalização, tais como prazos, vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos. Embora exista evidência de deficiências de controles internos relacionados com certos pagamentos e arquivamento de documentação suporte de serviços prestados por terceiros, procedimentos adicionais estão sendo requeridos para determinar a existência de elementos que embasariam os itens sob investigação na investida. Como resultado, exceto pela constituição de provisão para os autos de infração lavrados pela Receita Federal no montante de R\$1.788 na investida, não foram detectados efeitos das investigações para registro nas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019 da Renova ou da Companhia.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia e da sua controladora na Guanhães e na MESA. Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente está sendo supervisionada por Comitê Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança.

Em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Cemig para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

A primeira fase da investigação interna e independente da Companhia foi concluída e o relatório foi entregue em 13 de maio de 2019. Considerando o atual estágio e resultados preliminares dessa 1ª fase das investigações internas, nenhum efeito foi registrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2019. As investigações continuam em andamento, com previsão de conclusão até o final do exercício de 2019.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e colaborará com as autoridades nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço	7.477.625	(5.045.205)	2.432.420	7.439.599	(4.899.564)	2.540.035
Terrenos	247.594	(17.950)	229.644	231.141	(16.174)	214.967
Reservatórios, barragens e adutoras	3.285.926	(2.186.237)	1.099.689	3.282.178	(2.131.683)	1.150.495
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.111.874	(828.114)	283.760	1.113.821	(800.133)	313.688
Máquinas e equipamentos	2.788.277	(1.975.415)	812.862	2.766.671	(1.913.617)	853.054
Veículos	30.640	(27.332)	3.308	31.747	(27.222)	4.525
Móveis e utensílios	13.314	(10.157)	3.157	14.041	(10.735)	3.306
Em curso	126.243	-	126.243	119.186	-	119.186
Ativos em curso	126.243	-	126.243	119.186	-	119.186
Imobilizado líquido	7.603.868	(5.045.205)	2.558.663	7.558.785	(4.899.564)	2.659.221

Controladora	30/09/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço	6.375.983	(4.517.962)	1.858.021	6.354.911	(4.415.024)	1.939.887
Terrenos	243.335	(17.655)	225.680	226.882	(15.919)	210.963
Reservatórios, barragens e adutoras	3.009.217	(2.058.289)	950.928	3.006.652	(2.010.201)	996.451
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.033.653	(793.393)	240.260	1.036.543	(767.280)	269.263
Máquinas e equipamentos	2.046.290	(1.611.511)	434.779	2.039.652	(1.584.089)	455.563
Veículos	30.425	(27.119)	3.306	31.532	(27.027)	4.505
Móveis e utensílios	13.063	(9.995)	3.068	13.650	(10.508)	3.142
Em curso	80.654	-	80.654	85.318	-	85.318
Ativos em curso	80.654	-	80.654	85.318	-	85.318
Imobilizado líquido	6.456.637	(4.517.962)	1.938.675	6.440.229	(4.415.024)	2.025.205

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2019
Em serviço	2.540.035	-	41.831	(4.766)	(144.680)	2.432.420
Terrenos (1)	214.967	-	16.939	(10)	(2.252)	229.644
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	14.303	(4.753)	(60.356)	1.099.689
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.688	-	(15.904)	-	(14.024)	283.760
Máquinas e equipamentos	853.054	-	26.469	-	(66.661)	812.862
Veículos	4.525	-	(60)	-	(1.157)	3.308
Móveis e utensílios	3.306	-	84	(3)	(230)	3.157
Em curso	119.186	45.156	(38.093)	(6)	-	126.243
Imobilizado líquido	2.659.221	45.156	3.738	(4.772)	(144.680)	2.558.663

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço, do Ativo de Contrato (vide nota explicativa nº 13) e do Ativo Intangível (vide nota explicativa nº 16).

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2019
Em serviço	1.939.887	-	22.023	(11)	(103.878)	1.858.021
Terrenos (1)	210.963	-	16.939	(11)	(2.211)	225.680
Reservatórios, barragens e adutoras	996.451	-	8.327	-	(53.850)	950.928
Edificações, obras civis e benfeitorias	269.263	-	(16.848)	-	(12.155)	240.260
Máquinas e equipamentos	455.563	-	13.521	-	(34.305)	434.779
Veículos	4.505	-	(59)	-	(1.140)	3.306
Móveis e utensílios	3.142	-	143	-	(217)	3.068
Em curso	85.318	17.371	(22.029)	(6)	-	80.654
Imobilizado líquido	2.025.205	17.371	(6)	(17)	(103.878)	1.938.675

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e para o Ativo de Contrato (vide nota explicativa nº 13)..

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2018
Em serviço	2.074.200	-	16.493	(6.623)	(106.098)	1.977.972
Terrenos	207.132	-	-	(3)	(1.830)	205.299
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	111	(2.046)	(54.674)	1.014.496
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	743	(237)	(12.114)	273.011
Máquinas e equipamentos	505.323	-	12.313	(4.337)	(36.227)	477.072
Veículos	3.101	-	2.829	-	(1.050)	4.880
Móveis e utensílios	2.920	-	497	-	(203)	3.214
Em curso	88.690	41.848	(16.533)	(1.152)	-	112.853
Imobilizado líquido	2.162.890	41.848	(40)	(7.775)	(106.098)	2.090.825

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2018
Em serviço	2.070.862	-	14.988	(6.625)	(105.960)	1.973.265
Terrenos	207.132	-	-	(3)	(1.830)	205.299
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	3	(2.046)	(54.674)	1.014.388
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	568	(237)	(12.114)	272.836
Máquinas e equipamentos	501.985	-	11.091	(4.339)	(36.089)	472.648
veículos	3.101	-	2.829	-	(1.050)	4.880
Móveis e utensílios	2.920	-	497	-	(203)	3.214
Em curso	84.985	37.134	(15.028)	(1.152)	-	105.939
Imobilizado líquido	2.155.847	37.134	(40)	(7.777)	(105.960)	2.079.204

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,18%.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2019	31/12/2018
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,73	217.210	217.210
Depreciação acumulada			(105.836)	(99.287)
Total em operação			111.374	117.923
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	894	603
Total em construção			894	603
Total			112.268	118.526

16. INTANGÍVEIS

Consolidado	30/09/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	303.711	(130.432)	173.279	262.559	(71.424)	191.135
Servidão	11.749	(3.170)	8.579	11.749	(2.664)	9.085
Concessão onerosa	19.169	(12.439)	6.730	19.169	(11.930)	7.239
Ativos da concessão (1)	210.215	(58.929)	151.286	162.106	-	162.106
Outros	62.578	(55.894)	6.684	69.535	(56.830)	12.705
Em Curso	7.399	-	7.399	6.448	-	6.448
Ativos em formação	7.399	-	7.399	6.448	-	6.448
Intangível Líquido	311.110	(130.432)	180.678	269.007	(71.424)	197.583

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às investidas que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

Controladora	30/09/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço	93.101	(71.450)	21.651	94.147	(69.880)	24.267
Servidão	11.451	(3.170)	8.281	11.451	(2.664)	8.787
Concessão onerosa	19.169	(12.439)	6.730	19.169	(11.930)	7.239
Outros	62.481	(55.841)	6.640	63.527	(55.286)	8.241
Em curso	7.091	-	7.091	6.448	-	6.448
Ativos em formação	7.091	-	7.091	6.448	-	6.448
Intangível Líquido	100.192	(71.450)	28.742	100.595	(69.880)	30.715

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Baixa	Amortização	Saldo em 30/09/2019
Em serviço	191.135		(3.132)	(668)	(14.056)	173.279
Servidão	9.085		-	-	(506)	8.579
Concessão onerosa	7.239		-	-	(509)	6.730
Ativos da concessão	162.106		2.881	(668)	(13.033)	151.286
Outros	12.705		(6.013)		(8)	6.684
Em curso	6.448	1.563	(612)	-	-	7.399
Ativos em formação	6.448	1.563	(612)	-	-	7.399
Total	197.583	1.563	(3.744)	(668)	(14.056)	180.678

(1) Saldo referente à transferência para o Ativo Imobilizado (vide nota explicativa nº 15).

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 30/09/2019
Em serviço	24.267	-	612	(3.228)	21.651
Servidão	8.787	-	-	(506)	8.281
Concessão onerosa	7.239	-	-	(509)	6.730
Outros	8.241	-	612	(2.213)	6.640
Em curso	6.448	1.255	(612)	-	7.091
Ativos em formação	6.448	1.255	(612)	-	7.091
Total	30.715	1.255	-	(3.228)	28.742

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviços.

Consolidado e Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Capitalização/ Transferência	Baixa	Amortização	Saldo em 30/09/2018
Em serviço	23.922	-	4.303	(115)	(3.347)	24.763
Servidão	9.461	-	-	-	(505)	8.956
Concessão onerosa	7.918	-	-	-	(510)	7.408
Outros	6.543	-	4.303	(115)	(2.332)	8.399
Em curso	8.718	1.569	(4.303)	-	-	5.984
Ativos em formação	8.718	1.569	(4.303)	-	-	5.984
Total	32.640	1.569	-	(115)	(3.347)	30.747

A taxa de amortização média anual da Companhia e de suas controladas é de 19,95%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, Direitos de Exploração, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia e suas controladas avaliaram os seus contratos e reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Imóveis	47.912	-	47.833	-
Veículos	11.904	-	10.727	-
	59.816	-	58.560	-

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.823	16.379	61.202
Adição	11.109	-	11.109
Amortização	(8.020)	(4.475)	(12.495)
Saldos em 30 de setembro de 2019	47.912	11.904	59.816

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.735	14.810	59.545
Adição	11.109	-	11.109
Amortização	(8.011)	(4.083)	(12.094)
Saldos em 30 de setembro de 2019	47.833	10.727	58.560

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	61.202	59.545
Adição	11.109	11.109
Juros incorridos	5.531	5.415
Pagamentos efetuados	(16.334)	(15.862)
Saldos em 30 de setembro de 2019	61.508	60.207
Passivo circulante	20.679	20.085
Passivo não circulante	40.829	40.122

(1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 7,96% a.a. a 13,17% a.a., conforme o prazo de arrendamento.

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 29.

18. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Suprimento e transporte de energia elétrica	458.414	394.684	424.127	369.797
Materiais e serviços	44.185	90.042	33.974	66.317
	502.599	484.726	458.101	436.114

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS	19.124	18.348	13.237	13.387
PASEP	3.186	4.884	1.708	3.885
COFINS	13.529	22.149	7.840	18.742
INSS	4.732	4.895	4.066	4.046
ISSQN	1.229	1.752	992	1.369
Outros	5.440	5.636	5.019	5.024
	47.240	57.664	32.862	46.453
Não circulante				
PASEP	102	628	10	576
COFINS	536	3.817	62	3.548
	638	4.445	72	4.124
	47.878	62.109	32.934	50.577

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 30/09/2019			Consolidado 31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	-	-	-	229
Eurobonds	2024	9,25%	USD	217.151	6.246.600	6.463.751	5.856.124
(-) Custos de transação				-	(19.326)	(19.326)	(21.319)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(31.124)	(31.124)	(34.269)
Dívida em moeda estrangeira				217.151	6.196.150	6.413.301	5.800.765
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2019	IPCA	R\$	185	-	185	185
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	59.319	-	59.319	55.576
Caixa Econômica Federal (3)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	115.383	-	115.383	107.791
Dívida em moeda nacional				174.887	-	174.887	163.552
Total de empréstimos e financiamentos				392.038	6.196.150	6.588.188	5.964.317
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	2019	IPCA + 6,00%	R\$	-	-	-	156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	376.883	686.285	1.063.168	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	16.823	-	16.823	33.322
		140,00% do					
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (4)	2021	CDI	R\$	289.641	360.859	650.500	1.022.646
(-) Custos de transação				(9.030)	(11.278)	(20.308)	(27.065)
Total de debêntures				674.317	1.035.866	1.710.183	2.234.595
Total geral				1.066.355	7.232.016	8.298.371	8.198.912

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds

(2) Central Eólica Praias de Parajuru

(3) Central Eólica Volta do Rio

(4) Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 30/09/2019			Controladora 31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	-	-	-	229
Eurobonds	2024	9,25%	USD	217.151	6.246.600	6.463.751	5.856.124
(-) Custos de transação				-	(19.326)	(19.326)	(21.319)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(31.124)	(31.124)	(34.269)
Dívida em moeda estrangeira				217.151	6.196.150	6.413.301	5.800.765
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2019	IPCA	R\$	185	-	185	185
Dívida em moeda nacional				185	-	185	185
Total de empréstimos e financiamentos				217.336	6.196.150	6.413.486	5.800.950
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	2019	IPCA + 6,00%	R\$	-	-	-	156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	376.883	686.285	1.063.168	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	16.823	-	16.823	33.322
		140,00% do					
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	CDI	R\$	289.641	360.859	650.500	1.022.646
(-) Custos de transação				(9.030)	(11.278)	(20.308)	(27.065)
Total de debêntures				674.317	1.035.866	1.710.183	2.234.595
Total geral				891.653	7.232.016	8.123.669	8.035.545

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;

(2) Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas							
Dólar Norte Americano	217.151	-	-	-	-	6.246.600	6.463.751
Total por moedas	217.151	-	-	-	-	6.246.600	6.463.751
Indexadores							
IPCA (1)	39.329	354.562	338.021	348.264	-	-	1.080.176
CDI (2)	73.123	288.691	288.686	-	-	-	650.500
TJLP (3)	174.702	-	-	-	-	-	174.702
Total por indexadores	287.154	643.253	626.707	348.264	-	-	1.905.378
(-) Custos de transação	(2.245)	(9.030)	(9.006)	(27)	-	(19.326)	(39.634)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(31.124)	(31.124)
Total geral	502.060	634.223	617.701	348.237	-	6.196.150	8.298.371

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

Controladora	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas							
Dólar Norte Americano	217.151	-	-	-	-	6.246.600	6.463.751
Total por moedas	217.151	-	-	-	-	6.246.600	6.463.751
Indexadores							
IPCA (1)	39.329	354.562	338.021	348.264	-	-	1.080.176
CDI (2)	73.123	288.691	288.686	-	-	-	650.500
Total por indexadores	112.452	643.253	626.707	348.264	-	-	1.730.676
(-) Custos de transação	(2.245)	(9.030)	(9.006)	(27)	-	(19.326)	(39.634)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(31.124)	(31.124)
Total geral	327.358	634.223	617.701	348.237	-	6.196.150	8.123.669

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada de janeiro a setembro de 2019 %	Variação Acumulada de janeiro a setembro de 2018 %	Indexador	Variação Acumulada de janeiro a setembro de 2019 %	Variação Acumulada de janeiro a setembro de 2018 %
Dólar Norte-Americano	7,47	21,04	IPCA	2,49	3,34
			CDI	4,67	4,81
			TJLP	(14,76)	(6,29)

Moeda	Variação Acumulada de julho a setembro de 2019 %	Variação Acumulada de julho a setembro de 2018 %	Indexador	Variação Acumulada de julho a setembro de 2019 %	Variação Acumulada de julho a setembro de 2018 %
Dólar Norte-Americano	8,67	3,84	IPCA	0,26	0,72
			CDI	1,52	1,59
			TJLP	(4,95)	(0,61)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.320.163	8.323.098
Financiamentos obtidos	1.946.269	1.946.269
Custos de transação	(7.876)	(7.876)
Recursos antecipados	9.625	9.625
Financiamentos obtidos líquidos	1.948.018	1.948.018
Variação monetária	36.215	36.215
Variação cambial	774.340	774.340
Encargos financeiros provisionados	640.747	640.747
Amortização dos custos de transação	16.764	16.764
Encargos financeiros pagos	(473.922)	(473.922)
Amortização de financiamentos	(1.903.304)	(1.903.304)
Subtotal	9.359.021	9.361.956
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	10.024	7.421
Saldos em 30 de setembro de 2018	9.369.045	9.369.377

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.198.912	8.035.545
Variação monetária	36.580	30.136
Variação cambial	434.396	434.396
Encargos financeiros provisionados	606.829	601.938
Amortização dos custos de transação	8.751	8.751
Encargos financeiros pagos	(449.205)	(449.205)
Amortização de financiamentos	(537.892)	(537.892)
Saldos em 30 de setembro de 2019	8.298.371	8.123.669

Garantias

Em 30 de setembro de 2019 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

	30/09/2019
Aval e Fiança	7.493.372
Receíveis	174.702
Ações	630.297
TOTAL	8.298.371

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Índice Requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	-	Semestral e anual
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	-	-	Manter índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
Parajuru e Volta do Rio (3)	Patrimônio Líquido/Passivo Total	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem *Covenants* Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 30 de setembro de 2019, com exceção do descumprimento de “Covenant” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$174.702, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos desse assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 29.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	3.314	4.523	531	1.996
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	8.905	5.804	6.693	3.737
Conta de desenvolvimento energético – CDE	60.712	38.346	60.712	38.346
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	999	851	809	686
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – PROINFA	8.789	6.631	8.789	6.631
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico - FNDCT	1.127	1.668	626	1.187
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	133.407	139.986	124.695	132.348
Pesquisa expansão sistema energético	749	997	452	732
	218.002	198.806	203.307	185.663
Passivo circulante	164.648	139.457	156.912	131.615
Passivo não circulante	53.354	59.349	46.395	54.048

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	435.902	398.630	8.441	61.558	904.531
Despesa reconhecida no resultado	30.449	30.131	630	4.601	65.811
Contribuições pagas	(29.922)	(18.264)	(415)	(1.661)	(50.262)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2018	436.429	410.497	8.656	64.498	920.080
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	456.211	515.889	10.374	94.372	1.076.846
Despesa reconhecida no resultado	31.045	36.757	748	6.793	75.343
Contribuições pagas	(33.477)	(19.947)	(442)	(1.851)	(55.717)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2019	453.779	532.699	10.680	99.314	1.096.472
				30/09/2019	31/12/2018
Passivo circulante				61.127	57.052
Passivo não circulante				1.035.345	1.019.794

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$65.314 (R\$53.703 no período de janeiro a setembro de 2018), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$10.029 (R\$12.108 no período de janeiro a setembro de 2018).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$133.593 (R\$147.540 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do *déficit* do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de setembro de 2019, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência dos déficits de 2015, 2016 e 2017 apurados no Plano A é de R\$125.159 (R\$85.417 em 31 de dezembro de 2018 referente aos déficits de 2015 e 2016). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, e até 2033 para o déficit de 2017. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2019
Trabalhistas	54.901	18.562	(1.456)	(6.339)	65.668
Cíveis	168	110	-	(99)	179
Tributárias	2.874	258.685	(724)	(60)	260.775
Regulatórias	2.521	1.301	-	(918)	2.904
Ambientais	48	4	-	-	52
Outras	38.196	3.815	(662)	(143)	41.206
Total	98.708	282.477	(2.842)	(7.559)	370.784

Controladora	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2019
Trabalhistas	54.035	18.562	(589)	(6.340)	65.668
Cíveis	168	110	-	(99)	179
Tributárias	2.874	258.685	(724)	(60)	260.775
Regulatórias	2.521	1.301	-	(918)	2.904
Outras	38.195	3.653	(663)	(141)	41.044
Total	97.793	282.311	(1.976)	(7.558)	370.570

Consolidado	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2018
Trabalhistas	48.964	13.984	(16)	(3.957)	58.975
Cíveis	251	33	(85)	(34)	165
Tributárias	9.046	75	(3.034)	(1)	6.086
Regulatórias	2.206	239	-	(1)	2.444
Ambientais	-	27	-	(27)	-
Outras	35.843	5.675	(2.022)	(141)	39.355
Total	96.310	20.033	(5.157)	(4.161)	107.025

Controladora	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2018
Trabalhistas	48.948	13.984	-	(3.957)	58.975
Cíveis	251	33	(85)	(34)	165
Tributárias	9.046	75	(3.034)	(1)	6.086
Regulatórias	2.206	239	-	(1)	2.444
Ambientais	-	27	-	(27)	-
Outras	35.843	5.675	(2.022)	(141)	39.355
Total	96.294	20.033	(5.141)	(4.161)	107.025

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante da contingência é de, aproximadamente, R\$161.316 (R\$164.362 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$65.006 foram provisionados (R\$54.901 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de setembro de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$6.078 (R\$5.072 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$662 foram provisionados, mediante avaliação da Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em maio de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, uma vez que a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa e/ou por entender que os valores questionados já encontravam-se dentro do prazo de decadência.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$337.991 (R\$298.602 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$258.625 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Demais Ações Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$60.841 (R\$36.391 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$2.150 (R\$2.874 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$30.435 (R\$21.146 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$2.904 (R\$2.521 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$139.468 (R\$139.844 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$41.437 foram provisionados (R\$38.412 em 31 de dezembro de 2018). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$66.104 (R\$64.786 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$67.549 (R\$71.554 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$13.408 (R\$31.788 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$79.765 (R\$76.209 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$82.336 (R\$74.572 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$338.002 (R\$317.460 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (Apine) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Companhia e suas subsidiárias. Esta decisão confirmada no julgamento do Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região. Contra este novo julgamento foi interposto recurso especial sendo que em junho de 2019 o processo foi baixado, tendo em vista que a ação anulatória proposta pela autora APINE transitou em julgado, tornando definitivo e irreversível o provimento jurisdicional que declarou a nulidade da Resolução CNPE nº 3/2013, na parte em que inclui os agentes de geração no rateio do custo do despacho adicional de usina para garantir o suprimento energético, mantendo-se definitivamente intacta a sistemática da Resolução CNPE nº 8/2007.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Civas Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF) e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, sendo a decisão final de competência do STJ e do STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$161.418 (R\$147.636 em 31 de dezembro de 2018).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$93.439 (R\$87.159 em 31 de dezembro de 2018).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$10.970 (R\$10.738 em 31 de dezembro de 2018), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Capital Social

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Companhia é de R\$2.600.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Lucro básico e diluído por ação

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2019	30/09/2018	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018
Quantidade de ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro (prejuízo) líquido do período	791.761	5.237	(133.952)	(61.651)
Lucro (prejuízo) líquido por ação – básico e diluído (em R\$)	0,2733	0,0018	(0,0462)	(0,0213)

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 29 tem potencialmente o poder de diluir os lucros por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Ajustes de avaliação patrimonial

A composição dos ajustes de avaliação patrimonial é como segue:

	30/09/2019	31/12/2018
Ajustes de passivos atuariais – Benefícios a empregados	(406.692)	(406.692)
Custo atribuído de imobilizado	413.755	424.214
Ajustes de avaliação patrimonial	7.063	17.522

Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é como segue:

	30/09/2019	31/12/2018
Reservas de lucros		
Reserva legal	170.269	170.269
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	43.850	45.016
Reserva de retenção de lucros	2.147.329	2.147.329
	2.361.448	2.362.614

25. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	5.247.834	5.069.097	4.675.991	4.714.827
Receita de transmissão – com impostos (b)	520.238	443.095	523.318	445.950
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	244.069	245.729	-	-
Receita de construção (d)	150.158	12.726	150.158	12.726
Transações com energia na CCEE (e)	413.848	168.323	393.662	147.106
Receita de indenização da transmissão (f)	124.057	208.164	124.057	208.164
Receita de indenização da geração	-	82.331	-	82.331
Ressarcimentos contratuais	64.640	-	64.640	-
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 9)	424.403	-	408.612	-
Outras receitas operacionais	137.790	91.140	59.307	106.671
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(1.363.340)	(1.199.150)	(1.225.335)	(1.108.312)
	5.963.697	5.121.455	5.174.410	4.609.463

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.824.124	1.823.925	1.608.823	1.706.224
Receita de transmissão – com impostos (b)	184.178	148.383	185.342	149.328
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	67.918	88.749	-	-
Receita de construção (d)	67.169	7.994	67.169	7.994
Transações com energia na CCEE (e)	9.811	14.172	1.544	319
Receita de indenização da transmissão (f)	33.637	61.645	33.637	61.645
Receita de indenização da geração	-	47.868	-	47.868
Outras receitas operacionais	46.042	63.485	18.237	68.797
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(466.755)	(410.441)	(418.422)	(379.246)
	1.766.124	1.845.780	1.496.330	1.662.929

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Set/2019		Jan a Set/2018		Jan a Set/2019		Jan a Set/2018	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	10.129.091	2.338.288	10.751.823	2.402.818	8.930.673	2.132.952	9.935.754	2.219.251
Comercial	3.148.662	653.568	2.325.050	520.714	3.125.020	644.315	2.325.050	520.714
Rural	1.940	504	795	196	1.940	504	795	196
Subtotal	13.279.693	2.992.360	13.077.668	2.923.728	12.057.633	2.777.771	12.261.599	2.740.161
Fornec. não faturado, líquido	-	35.556	-	15.036	-	29.000	-	12.900
	13.279.693	3.027.916	13.077.668	2.938.764	12.057.633	2.806.771	12.261.599	2.753.061
Suprim. outras concessionárias (2)	8.575.742	2.267.271	8.755.439	2.167.139	8.287.479	1.925.916	8.755.439	2.000.084
Suprimento não faturado líquido	-	(47.353)	-	(36.806)	-	(56.696)	-	(38.318)
	21.855.435	5.247.834	21.833.107	5.069.097	20.345.112	4.675.991	21.017.038	4.714.827

	Consolidado				Controladora			
	Jul a Set/2019		Jul a Set/2018		Jul a Set/2019		Jul a Set/2018	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	3.571.438	844.666	3.754.720	848.201	3.137.496	766.148	3.484.798	788.429
Comercial	1.146.786	228.403	788.799	172.803	1.139.136	225.419	788.799	172.803
Rural	911	243	480	118	911	243	480	118
Subtotal	4.719.135	1.073.312	4.543.999	1.021.122	4.277.543	991.810	4.274.077	961.350
Fornec. não faturado, líquido	-	5.282	-	19.648	-	3.800	-	19.800
	4.719.135	1.078.594	4.543.999	1.040.770	4.277.543	995.610	4.274.077	981.150
Suprim. outras concessionárias (2)	3.012.419	773.913	3.165.067	746.143	2.896.216	647.912	3.165.067	689.574
Suprimento não faturado líquido	-	(28.383)	-	37.012	-	(34.699)	-	35.500
	7.731.554	1.824.124	7.709.066	1.823.925	7.173.759	1.608.823	7.439.144	1.706.224

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Concessão de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à construção, operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$8.483 de janeiro a setembro de 2019 (R\$11.977 de janeiro a setembro de 2018).

(c) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

(d) Receita de Construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho atendida por construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos de contrato. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar esta receita com margem de lucro zero.

(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

No período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$124.057 (R\$208.164 no período findo em 30 setembro de 2018) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber.

Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 e 13 destas informações financeiras intermediárias.

(g) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Tributos sobre a Receita				
ICMS	477.569	411.923	422.109	378.881
COFINS	483.978	466.004	434.281	427.364
PIS-PASEP	106.230	101.165	94.285	92.782
ISSQN	4.987	1.760	1.916	1.763
	1.072.764	980.852	952.591	900.790
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	12.600	13.317	10.980	13.317
Conta de desenvolvimento energético – CDE	176.846	113.190	176.847	113.190
PROINFA	39.369	29.620	39.369	29.620
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.300	9.015	8.047	7.133
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	10.300	9.015	8.047	7.133
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	5.150	4.508	4.023	3.567
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	7.906	6.247	6.224	4.977
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	28.105	33.386	19.207	28.585
	290.576	218.298	272.744	207.522
	1.363.340	1.199.150	1.225.335	1.108.312

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018
Tributos sobre a Receita				
ICMS	183.105	140.822	163.031	130.062
COFINS	150.722	164.005	133.595	150.354
PIS-PASEP	32.719	35.622	29.005	32.643
ISSQN	1.578	582	530	585
	368.124	341.031	326.161	313.644
Encargos do Consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	3.863	4.004	3.310	4.004
Conta de desenvolvimento energético - CDE	60.545	39.329	60.546	39.329
PROINFRA	13.040	10.177	13.040	10.177
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.697	2.538	1.886	1.882
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	2.697	2.538	1.886	1.882
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	1.349	1.270	944	942
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	2.847	2.308	2.276	1.908
Compensação financ. utiliz. de recursos hídricos - CFURH	11.593	7.246	8.373	5.478
	98.631	69.410	92.261	65.602
	466.755	410.441	418.422	379.246

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Pessoal (a)	246.091	239.115	231.096	220.558
Participação dos empregados no resultado	38.140	4.511	38.002	4.511
Obrigações pós-emprego	65.314	53.703	65.314	53.703
Materiais	15.064	33.069	10.967	31.551
Serviços de terceiros (b)	118.779	97.701	90.104	86.601
Depreciação e amortização	171.231	109.445	119.200	109.307
Provisões (c)	1.034.847	78.059	1.011.606	78.075
Encargos de uso da rede básica de transmissão	142.377	169.376	102.253	142.742
Energia elétrica comprada para revenda (d)	2.825.618	2.865.752	2.785.509	2.799.647
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	150.158	12.726	150.158	12.726
Outros custos e despesas operacionais líquidos (f)	11.633	72.311	7.841	70.120
	4.819.252	3.735.768	4.612.050	3.609.541

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018
Pessoal (a)	77.817	74.185	73.396	68.123
Participação dos empregados no resultado (recuperação de despesas)	(4.191)	-	(4.280)	-
Obrigações pós-emprego	22.683	17.333	22.683	17.333
Materiais	4.909	28.180	3.284	27.489
Serviços de terceiros (b)	40.130	35.954	31.029	30.425
Depreciação e amortização	57.296	36.357	39.890	36.306
Provisões (c)	288.592	38.483	273.280	38.483
Encargos de uso da rede básica de transmissão	50.124	43.855	35.201	34.088
Energia elétrica comprada para revenda (d)	1.126.457	1.173.243	1.088.712	1.133.638
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	67.169	7.994	67.169	7.994
Outros custos e despesas operacionais líquidos (recuperação de despesas) (f)	(3.285)	41.619	(5.790)	40.267
	1.727.701	1.497.203	1.624.574	1.434.146

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) - 2019

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, sem previsão de pagamento de prêmio adicional.

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 1º a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019 incluindo as verbas rescisórias foi de R\$17.502 correspondente à adesão total de 120 empregados, sendo R\$11.648 reconhecidos no resultado do exercício de 2018 (78 empregados) e R\$5.854 reconhecidos no resultado do período de janeiro a setembro de 2019 (42 empregados).

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Comunicação	2.776	1.956	2.315	1.889
Manutenção e conservação de instalações e equip. elétricos	29.327	13.112	15.614	11.667
Conservação e limpeza de prédios	20.426	21.785	15.690	17.608
Mão de obra contratada	1.276	6.659	1.231	6.659
Fretes e passagens	1.805	1.647	1.802	1.645
Hospedagem e alimentação	2.505	2.267	2.488	2.242
Vigilância	6.046	7.907	4.045	6.490
Consultoria	4.186	-	3.879	-
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	659	492	539	448
Tecnologia da informação	7.516	6.713	6.256	5.611
Manutenção e conservação de veículos	303	219	250	198
Energia elétrica	2.972	3.306	2.500	3.028
Meio ambiente	8.195	5.353	5.914	4.084
Limpeza de faixas	3.061	3.237	3.032	3.237
Serviços de reprografia	1.973	964	1.226	906
Serviços advocatícios e custos processuais	4.414	2.716	4.303	2.714
Outros	21.339	19.368	19.020	18.175
	118.779	97.701	90.104	86.601

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018
Comunicação	1.031	636	844	601
Manutenção e conservação de instalações e equip. elétricos	10.427	6.753	4.737	4.844
Conservação e limpeza de prédios	6.820	7.335	5.375	5.902
Mão de obra contratada (recuperação de despesas)	(1.015)	2.267	560	2.267
Fretes e passagens	582	588	581	587
Hospedagem e alimentação	802	820	796	813
Vigilância	2.169	2.692	1.385	2.265
Consultoria	1.723	-	1.609	-
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	213	208	175	190
Tecnologia da informação	2.742	2.424	2.143	1.997
Manutenção e conservação de veículos	122	63	102	55
Energia elétrica	1.079	1.346	885	1.220
Meio ambiente	2.215	2.439	1.710	1.912
Limpeza de faixas	1.013	1.082	996	1.082
Serviços de reprografia	1.377	427	728	402
Serviços advocatícios e custos processuais	1.941	834	1.937	832
Outros	6.889	6.040	6.466	5.456
	40.130	35.954	31.029	30.425

c) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	31.315	138	7.374	138
Perda estimada para outros créditos a receber	3.247	454	3.247	454
Perda estimada com partes relacionadas (nota 28)	688.031	-	688.031	-
Provisão (reversão) para contingências (nota 23)				
Trabalhistas	17.106	13.968	17.973	13.984
Cíveis	110	(52)	110	(52)
Tributárias	257.961	(2.959)	257.961	(2.959)
Regulatórias	1.301	239	1.301	239
Ambientais	4	27	-	27
Outras	3.153	3.653	2.990	3.653
	279.635	14.876	280.335	14.892
	1.002.228	15.468	978.987	15.484
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 29)	32.619	62.591	32.619	62.591
	1.034.847	78.059	1.011.606	78.075

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	12.238	(14)	(3.078)	(14)
Provisão (reversão) para contingências (nota 23)				
Trabalhistas	5.925	1.571	5.931	1.571
Cíveis	29	5	29	5
Tributárias	258.681	(2.619)	258.681	(2.619)
Regulatórias	77	102	77	102
Outras	969	1.453	967	1.453
	265.681	512	265.685	512
	277.919	498	262.607	498
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 29)	10.673	37.985	10.673	37.985
	288.592	38.483	273.280	38.483

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Energia de curto prazo – CCEE	91.657	140.239	57.178	110.085
Energia adquirida no ambiente livre	3.006.562	3.000.359	2.997.959	2.959.309
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(272.601)	(274.846)	(269.628)	(269.747)
	2.825.618	2.865.752	2.785.509	2.799.647

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018
Energia de curto prazo – CCEE	65.333	85.494	35.384	64.109
Energia adquirida no ambiente livre	1.168.393	1.203.585	1.158.311	1.181.670
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(107.269)	(115.836)	(104.983)	(112.141)
	1.126.457	1.173.243	1.088.712	1.133.638

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Pessoal	6.664	4.293	6.664	4.293
Materiais	89.606	1.071	89.606	1.071
Serviços de terceiros	53.915	8.146	53.915	8.146
Outros (recuperação de despesas)	(27)	(784)	(27)	(784)
	150.158	12.726	150.158	12.726

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018
Pessoal	2.606	1.910	2.606	1.910
Materiais	41.530	61	41.530	61
Serviços de terceiros	23.075	5.940	23.075	5.940
Outros (recuperação de despesas)	(42)	83	(42)	83
	67.169	7.994	67.169	7.994

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Arrendamentos e aluguéis	3.830	17.492	2.759	17.005
Propaganda e publicidade	2.375	428	2.375	408
Subvenções e doações	2.884	1.887	1.938	1.017
Despesa concessão onerosa	2.127	2.068	2.120	2.068
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.830	1.064	1.283	889
Anuidade CCEE	2.275	3.005	2.275	3.005
Seguros	3.641	2.318	2.521	2.317
Resultado na desativação e alienação de bens em serviço	(14.585)	1.530	(14.585)	1.530
Forluz – Custeio administrativo	5.226	4.946	5.225	4.946
Baixas (1)	-	26.999	-	26.999
Outros	2.030	10.574	1.930	9.936
	11.633	72.311	7.841	70.120

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018
Arrendamentos e aluguéis	1.894	5.999	1.212	5.827
Propaganda e publicidade	1.943	21	1.943	20
Subvenções e doações	1.918	1.210	1.018	340
Despesa concessão onerosa	840	622	833	622
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	437	451	169	360
Anuidade CCEE	818	926	819	926
Seguros	1.197	604	793	604
Resultado na desativação e alienação de bens em serviço	(17.355)	1.218	(17.355)	1.218
Forluz – Custeio administrativo	2.122	1.489	2.121	1.489
Baixas (1)	-	26.999	-	26.999
Outros	2.901	2.080	2.657	1.862
	(3.285)	41.619	(5.790)	40.267

(1) Baixa do custo atribuído das Usinas Miranda e São Simão.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	33.389	48.311	15.451	40.129
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	16.272	9.040	3.994	5.209
Variação monetária	11.369	9.377	10.964	9.187
Variação monetária s/ depósitos vinculados a litígios	9.824	8.849	9.377	8.849
Rendas de antecipação de pagamento	295	18.819	208	15.606
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap) (nota 29)	1.099.230	322.847	1.099.230	322.847
Encargos de créditos com pessoas ligadas	47.596	29.778	47.596	29.778
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (Nota 9)	247.967	-	237.859	-
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(11.858)	(6.427)	(11.134)	(5.925)
Outras	17.292	18.755	16.293	18.676
	1.471.376	459.349	1.429.838	444.356
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos (nota 20)	(606.829)	(640.747)	(601.938)	(640.747)
Amortização do custo de transação (nota 20)	(8.751)	(16.764)	(8.751)	(16.764)
Variação monetária – Forluz	(10.029)	(12.108)	(10.029)	(12.108)
Variação monetária – Emp. e financiamentos (nota 20)	(36.580)	(36.215)	(30.136)	(36.215)
Variações monetárias	(7.192)	(9.789)	(6.874)	(9.579)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	(434.396)	(774.340)	(434.396)	(774.340)
Atualização financeira - Adiantamento de clientes (nota 7)	(627)	(7.373)	(627)	(7.373)
Variação monetária de arrendamento (nota 17)	(5.531)	-	(5.415)	-
Outras	(15.308)	(8.095)	(13.077)	(6.629)
	(1.125.243)	(1.505.431)	(1.111.243)	(1.503.755)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	346.133	(1.046.082)	318.595	(1.059.399)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	12.224	29.093	6.637	27.230
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	4.719	3.131	978	1.699
Variação monetária	2.689	2.139	2.500	2.127
Variação monetária s/ depósitos vinculados a litígios	4.063	3.227	3.874	3.227
Rendas de antecipação de pagamento	67	6.969	60	6.319
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap)	485.836	142.418	485.836	142.418
Encargos de créditos com pessoas ligadas	1.617	12.542	1.617	12.542
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	6.552	-	6.308	-
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(1.687)	(3.050)	(1.505)	(2.914)
Outras	5.003	9.566	4.635	9.525
	521.083	206.035	510.940	202.173
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(208.188)	(235.010)	(207.629)	(235.010)
Amortização do custo de transação	(2.967)	(7.261)	(2.967)	(7.261)
Variação monetária – Forluz	(2.430)	(4.604)	(2.430)	(4.604)
Variação monetária – Emp. e financiamentos	(6.227)	(14.488)	(3.176)	(14.488)
Variações monetárias	(1.720)	(3.236)	(1.604)	(3.158)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(498.300)	(225.987)	(498.300)	(225.987)
Atualização financeira - Adiantamento de clientes	-	(1.962)	-	(1.962)
Variação monetária de arrendamento	(1.791)	-	(1.755)	-
Outras	(12.173)	(4.297)	(11.979)	(4.272)
	(733.796)	(496.845)	(729.840)	(496.742)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(212.713)	(290.810)	(218.900)	(294.569)

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
ICMS – antecipação (1)	-	-	-	-	-	96	-	-
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	-	536	-	-	-	(798)
Prestação de Serviços (3)	-	948	-	1.376	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	617.121	659.622	-	-	-	-
Valor a receber (4)	-	6.243	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Mútuo Partes Relacionadas (5)	-	408.114	-	-	16.464	494	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	5.648	5.669	72.201	64.111	50.484	54.180	(540.595)	(555.797)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	-	6.785	-	-	-	6.127	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	7.858	5.785	6.027	472	(62.114)	(67.571)
Prestação de Serviço (8)	1.129	1.792	-	-	-	8.555	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	90.664	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	130	130	-	-	14.977	12.078	(10.267)	-
Adiantamento de entrega futura de Energia (9)	30.006	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de Energia (9)	10.075	-	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de Serviço (8)	280	211	-	-	762	669	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	13.563	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	2.018	1.424	-	-	(15.366)	(16.592)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.718	5.718	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	1.816	1.303	-	-	(13.618)	(14.385)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.143	-	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	-	515	4.447	-	-	(87.944)
Não Circulante								
Contas a receber (10)	-	594.323	-	-	93.708	83.952	(688.031)	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	261	374	1.174	403	79.302	38.187	(5.556)	(22)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	1.264	1.460	35	34	(9.845)	(14.722)
Prestação de Serviço (8)	174	130	-	-	446	424	-	-
Outras Partes Relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	1.752	-	-	-	5.810	663	-	-
Operações com Energia Elétrica (6)	25.137	22.303	846	792	198.369	184.921	(20.657)	(19.060)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	58.176	53.038	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	486.593	159.616	-	-	5.526	6.451	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	-	21.498	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Forluz								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (11)	-	-	31.796	27.876	-	-	(31.045)	(30.449)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (12)	-	-	-	-	-	-	(14.923)	(14.191)
Custeio Administrativo (13)	-	-	-	-	-	-	(5.225)	(4.946)
Arrendamento Operacional (14)	45.912	-	13.480	382	-	-	(11.804)	(9.633)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (11)	-	-	421.982	428.335	-	-	-	-
Arrendamento Operacional (14)	-	-	33.612	-	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (15)	-	-	28.403	26.940	-	-	(37.505)	(30.761)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (15)	-	-	514.976	499.323	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- Antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais ocorrida em 2018;
- Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Refere-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações (incorporada pela Cemig em 31/03/2018) e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016;
- Refere-se ao valor devolvido pela controladora Cemig em decorrência de ajuste no laudo de avaliação a valores contábeis da reestruturação societária de subsidiárias integrais de geração e comercialização;
- Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora Cemig no montante de R\$400.000. O mútuo é acrescido de juros correspondentes a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig H uma Nota Promissória no valor global de R\$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período 15 meses de vigência do contrato. Em 19 de julho de 2019 o mútuo foi amortizado integralmente no montante total de R\$377.979;
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas por meio de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feitos em 2017 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia pela Cemig GT. O pagamento da última parcela foi realizado em janeiro de 2019;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção;
- Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feito em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecido por meio de Leilão e contrato registrado na CCEE. No período de 01/01/2020 à 31/12/2020 a Norte Energia entregará energia elétrica contratada referente ao montante total de R\$40.081, deste total, R\$30.006 está apresentado no ativo circulante e o montante de R\$10.075 no ativo não circulante em 30 de setembro de 2019. Não há previsão de atualização financeira para o contrato;
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 (c), em junho de 2019, face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, a Cemig efetuou uma avaliação do risco de crédito e reconheceu como perda a totalidade das contas a receber com essa controlada em conjunto no montante total de R\$688 milhões. A partir desta data, a Companhia parou de reconhecer a atualização financeira;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide Nota Explicativa nº 22);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e agosto de 2024 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em outubro de 2019, ficou acordado entre a Cemig e a Forluz a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves até 30 de novembro de 2019.
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 22).

Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Cemig Geração Três Marias	-	-	58.074	-
Cemig Geração Itutinga	-	-	18.518	-
Cemig Geração Camargos	-	-	12.985	-
Cemig Geração Sul	-	-	17.067	-
Cemig Geração Leste	-	-	12.816	-
ESCEE	-	-	27.403	-
Cemig Geração Poço Fundo (1)	-	-	294	-
Cemig Trading	-	-	29.317	-
Aliança Geração	-	90.664	-	90.664
Outras	20.424	8.178	20.424	8.178
	20.424	98.842	196.898	98.842

(1) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de setembro de 2019, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/09/2019			31/12/2018		
				Cemig GT 7,76%	Demais controladas 10,06% (1)	Total (consolidado) 17,82%	Cemig GT 0,74%	Demais controladas 8,65% (1)	Total (consolidado) 9,39%
ETAU (2)	Debêntures Nota	108% do CDI	01/12/2019	793	1.028	1.821	75	870	945
LIGHT	Promissória Nota	CDI + 3,50%	22/01/2019	-	-	-	54	620	674
CEMIG D	Promissória Nota	151% do CDI	24/10/2019	-	-	-	397	4.599	4.996
GASMIG	Promissória	107% do CDI	25/09/2020	775	1.005	1.780	-	-	-
				1.568	2.033	3.601	526	6.089	6.615

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos;

(2) ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Remuneração	2.307	3.150
Participação nos resultados	629	555
Benefícios assistenciais	227	445
	3.163	4.150

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	30/09/2019		31/12/2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários	2	46.838	46.838	28.312	28.312
Consumidores, revendedores e concessionários transporte de energia	2	1.174.453	1.174.453	956.059	956.059
Fundos vinculados	2	12.633	12.633	90.710	90.710
Valores a receber de partes relacionadas	2	1.805	1.805	921.288	921.288
Depósitos vinculados a litígios	2	362.736	362.736	374.374	374.374
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.459.835	2.459.835	2.408.930	2.408.930
Indenizações a receber – Transmissão	3	1.302.889	1.302.889	1.296.314	1.296.314
		5.361.189	5.361.189	6.075.987	6.075.987
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	353.390	353.390	297.561	297.561
Títulos e valores mobiliários					
Letras financeiras – Bancos	2	326.154	326.154	96.876	96.876
Letras financeiras do Tesouro	1	110.723	110.723	56.572	56.572
Debêntures	2	2.956	2.956	1.586	1.586
		793.223	793.223	452.595	452.595
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	1.870.106	1.870.106	813.335	813.335
Indenizações a receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		2.686.308	2.686.308	1.629.537	1.629.537
		8.840.720	8.840.720	8.158.119	8.158.119
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(8.298.371)	(8.298.371)	(8.198.912)	(8.198.912)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(133.593)	(133.593)	(147.540)	(147.540)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(125.159)	(125.159)	(85.417)	(85.417)
Concessões a pagar	3	(19.212)	(19.212)	(18.747)	(18.747)
Fornecedores	2	(502.599)	(502.599)	(484.726)	(484.726)
Arrendamentos (2)	2	(61.508)	(61.508)	-	-
		(9.140.442)	(9.140.442)	(8.935.342)	(8.935.342)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	3	(451.767)	(451.767)	(419.148)	(419.148)
		(9.592.209)	(9.592.209)	(9.354.490)	(9.354.490)

(1) Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

(2) Os arrendamentos foram reconhecidos em função da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2). Mais informações na nota explicativa nº 17.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classificam os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Companhia, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12 destas informações contábeis intermediárias.

Indenizações a Receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimento similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido a partir da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas no item “b) Instrumentos Financeiros Derivativos”, desta nota explicativa.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 1,38% a 2,73%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo por meio dos resultados.

A Companhia utiliza o modelo *Black-Scholes-Merton* (“BSM”) para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG. Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se fossem participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de setembro de 2019 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$451.767 (R\$419.148 em 31 de dezembro de 2018), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor justo	62.591
Saldo em 30 de setembro de 2018	374.184
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	32.619
Saldo em 30 de setembro de 2019	451.767

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 3,21% a 7,21% ao ano e volatilidade entre 13% e 73% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$434.041 e R\$470.985, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 30 de setembro de 2019, no montante de R\$1.099.230 (ajuste positivo de R\$322.847 em 30 de setembro de 2018), registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 30/09/2019	Valor justo 30/09/2019	Valor Conforme contrato 31/12/2018	Valor justo 31/12/2018
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	920.376	1.355.766	679.530	626.888
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	162.591	514.340	32.781	186.447
					1.082.967	1.870.106	712.311	813.335
Ativo circulante						215.996		69.643
Ativo não circulante						1.654.110		743.692

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* (opções) do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca de cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* (opções) do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação à mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes*.

O valor justo apurado em 30 de setembro de 2019 foi de R\$1.870.106 (R\$813.335 em 31 de dezembro de 2018), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 30 de setembro de 2019, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$1.082.967 em 30 de setembro de 2019 (R\$712.311 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do período contábil, em R\$1.112.117 milhões referente à opção (*call spread*) e R\$669.109 referentes ao *swap*, totalizando R\$1.811.226.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução em 25% e 50% do valor justo estimado para o cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 30/09/2019	Cenário provável	Cenário Possível Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 25%	Cenário Remoto Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 50%
Swap ponta ativa	6.686.714	6.489.504	5.465.005	4.515.983
Swap ponta passiva	(5.918.425)	(5.790.395)	(5.915.996)	(6.032.645)
Opção/Call Spread	1.101.817	1.112.117	519.672	77.061
Instrumento derivativo de hedge	1.870.106	1.811.226	68.681	(1.439.601)

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de Juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2019, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ativos				
Equivalentes de caixa - CDI (nota 5)	353.390	297.561	265.707	223.247
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 6)	486.671	183.346	211.966	14.631
Contas a receber Renova - CDI (nota 28)	-	507.038	-	507.038
Mútuo com partes relacionadas - CDI (nota 28)	-	408.114	-	408.114
Fundos vinculados - CDI	12.633	90.710	12.494	90.656
	852.694	1.486.769	490.167	1.243.686
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 20)	(650.500)	(1.022.646)	(650.500)	(1.022.646)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 20)	(174.702)	(163.367)	-	-
	(825.202)	(1.186.013)	(650.500)	(1.022.646)
Ativo (Passivo) líquido exposto	27.492	300.756	(160.333)	221.040

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de setembro de 2020, a taxa Selic será de 4,50% e a taxa TJLP será de 5,22%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas taxa de juros nacionais Consolidado	30/09/2019		30/09/2020	
	Valor Contábil	Cenário Provável Selic 4,50% TJLP 5,2211%	Cenário Possível - 25% Selic 3,375% TJLP 3,9158%	Cenário Remoto - 50% Selic 2,25% TJLP 2,6106%
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	353.390	369.293	365.317	361.341
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	486.671	508.571	503.096	497.621
Fundos vinculados	12.633	13.201	13.059	12.917
	852.694	891.065	881.472	871.879
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 20)	(650.500)	(679.773)	(672.454)	(665.136)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 20)	(174.702)	(183.823)	(181.543)	(179.263)
	(825.202)	(863.596)	(853.997)	(844.399)
Ativo líquido exposto	27.492	27.469	27.475	27.480
Efeito líq. da variação das taxas de juros		(23)	(17)	(12)

Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	2.459.835	2.408.930	-	-
Transmissão - Indenização a receber - IPCA (nota 12)	1.302.889	1.296.314	1.302.889	1.296.314
	3.762.724	3.705.244	1.302.889	1.296.314
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (nota 20)	(1.080.176)	(1.239.199)	(1.080.176)	(1.239.199)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(133.593)	(147.540)	(133.593)	(147.540)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(125.159)	(85.417)	(125.159)	(85.417)
	(1.338.928)	(1.472.156)	(1.338.928)	(1.472.156)
Ativo (Passivo) líquido exposto	2.423.796	2.233.088	(36.039)	(175.842)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de setembro de 2020, a taxa IPCA será de 3,42%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação Consolidado	30/09/2019		30/09/2020	
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 3,4166%	Cenário Possível - 25% IPCA 2,5625%	Cenário Remoto - 50% IPCA 1,7083%
Ativos				
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	2.459.835	2.543.878	2.522.868	2.501.856
Transmissão - Indenização a receber - IPCA (nota 12)	1.302.889	1.347.404	1.336.276	1.325.146
	3.762.724	3.891.282	3.859.144	3.827.002
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 20)	(1.080.176)	(1.117.081)	(1.107.856)	(1.098.629)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(133.593)	(138.157)	(137.016)	(135.875)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(125.159)	(129.435)	(128.366)	(127.297)
	(1.338.928)	(1.384.673)	(1.373.238)	(1.361.801)
Ativo líquido exposto	2.423.796	2.506.609	2.485.906	2.465.201
Efeito líquido da variação da inflação		82.813	62.110	41.405

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	30/09/2019		31/12/2018	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(1.552.145)	(6.463.751)	(1.511.336)	(5.856.124)
Euro				
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	-	-	(52)	(229)
(Passivo) líquido exposto		(6.463.751)		(5.856.353)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de setembro de 2020, será uma redução de 2,99% para o dólar (R\$4,04). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	30/09/2019		30/06/2020	
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 4,04	Cenário +25% Dólar 5,05	Cenário +50% Dólar 6,06
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(6.463.751)	(6.270.664)	(7.838.330)	(9.405.996)
(Passivo) líquido exposto	(6.463.751)	(6.270.664)	(7.838.330)	(9.405.996)
Efeito líquido da variação cambial		193.087	(1.374.579)	(2.942.245)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de *swap* para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em maiores detalhes no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento a cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, gerar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia para com fornecedores, bem como relativo a dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	28.335	377.069	981.559	3.908.537	6.483.098	11.778.598
Concessões a pagar	220	432	1.912	8.611	13.521	24.696
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.676	5.378	24.680	134.768	-	167.502
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.189	2.385	27.449	47.670	149.231	227.924
Arrendamentos	1.815	3.629	16.312	28.046	101.911	151.713
	34.235	388.893	1.051.912	4.127.632	6.747.761	12.350.433
Pré-fixadas						
Fornecedores	498.321	4.269	9	-	-	502.599
	532.556	393.162	1.051.921	4.127.632	6.747.761	12.853.032

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	28.335	377.069	981.559	3.737.448	6.483.098	11.607.509
Concessões a pagar	220	432	1.912	8.611	13.521	24.696
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.676	5.378	24.680	134.768	-	167.502
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.189	2.385	27.449	47.670	149.231	227.924
Arrendamentos	1.762	3.525	15.841	27.227	101.856	150.211
	34.182	388.789	1.051.441	3.955.724	6.747.706	12.177.842
Pré-fixadas						
Fornecedores	454.477	3.616	8	-	-	458.101
	488.659	392.405	1.051.449	3.955.724	6.747.706	12.635.943

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2019, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$41.341.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004. Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo igual ou superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 30%	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 30%	Entre 5% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos RF e A1 deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Antecipação do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, com exceção do descumprimento de “Covenant” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

d) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Total do passivo	12.588.309	11.971.944	12.194.038	11.591.625
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(356.542)	(301.696)	(266.256)	(226.830)
Passivo líquido	12.231.767	11.670.248	11.927.782	11.364.795
Total do patrimônio líquido	5.771.897	4.980.136	5.771.897	4.980.136
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,12	2,34	2,07	2,28

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

As informações por segmento referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 estão apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	30 de setembro de 2019			
	Geração	Transmissão	Comercialização (1)	Total
ATIVO	15.377.233	2.888.388	94.585	18.360.206
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.212.619	-	-	4.212.619
ADIÇÕES AO SEGMENTO	89.769	-	-	89.769
ADIÇÕES AO ATIVO DE CONTRATO	-	150.158	-	150.158
RECEITA LÍQUIDA	5.347.418	520.203	96.076	5.963.697
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia de uso da rede básica de transmissão	(142.377)	-	-	(142.377)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.825.618)	-	-	(2.825.618)
	(2.967.995)	-	-	(2.967.995)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(157.718)	(88.190)	(183)	(246.091)
Participação dos empregados no resultado	(22.484)	(15.656)	-	(38.140)
Obrigações pós emprego (recuperação de despesas)	(37.011)	(28.303)	-	(65.314)
Materiais	(11.295)	(3.763)	(6)	(15.064)
Serviços de terceiros	(86.517)	(31.990)	(272)	(118.779)
Depreciação e amortização	(166.688)	(4.543)	-	(171.231)
Provisões	(920.251)	(114.596)	-	(1.034.847)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(150.158)	-	(150.158)
Outros custos e despesas operacionais líquidos	318	(11.937)	(14)	(11.633)
	(1.401.646)	(449.136)	(475)	(1.851.257)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(4.369.641)	(449.136)	(475)	(4.819.252)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.390)	-	-	(11.390)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	966.387	71.067	95.601	1.133.055
Receitas financeiras	1.360.735	106.995	3.646	1.471.376
Despesas financeiras	(1.013.459)	(111.769)	(15)	(1.125.243)
Resultado antes do IR e CSLL	1.313.663	66.293	99.232	1.479.188
Imposto de renda e contribuição social	(642.883)	(32.163)	(12.381)	(687.427)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	670.780	34.130	86.851	791.761

(1) Novo segmento operacional apresentado em função da aquisição de controladas no processo de reestruturação societária do Grupo Cemig, em dezembro de 2018.

DESCRIÇÃO	30 de setembro de 2018		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	14.536.038	2.773.685	17.309.723
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.609.463	-	4.609.463
ADIÇÕES AO SEGMENTO	210.982	-	210.982
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	12.726	12.726
RECEITA LÍQUIDA	4.643.197	478.258	5.121.455
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda	(2.865.752)	-	(2.865.752)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(169.376)	-	(169.376)
	(3.035.128)	-	(3.035.128)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(162.528)	(76.587)	(239.115)
Participação dos empregados no resultado	(2.934)	(1.577)	(4.511)
Obrigações pós emprego (recuperação de despesas)	(33.817)	(19.886)	(53.703)
Materiais	(30.102)	(2.967)	(33.069)
Serviços de terceiros	(69.655)	(28.046)	(97.701)
Depreciação e amortização	(109.445)	-	(109.445)
Provisões	(73.962)	(4.097)	(78.059)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(12.726)	(12.726)
Outros custos e despesas operacionais líquidos	(60.796)	(11.515)	(72.311)
	(543.239)	(157.401)	(700.640)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(3.578.367)	(157.401)	(3.735.768)
Resultado de equivalência patrimonial	(250.755)	-	(250.755)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	814.075	320.857	1.134.932
Receitas financeiras	435.035	24.314	459.349
Despesas financeiras	(1.501.737)	(3.694)	(1.505.431)
Resultado antes do IR e CSLL	(252.627)	341.477	88.850
Imposto de renda e contribuição social	461	(84.074)	(83.613)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(252.166)	257.403	5.237

A composição da Receita da Companhia e suas controladas segregada por segmento, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e em 30 de setembro de 2018, é conforme segue:

	30 de setembro de 2019			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	5.247.834	-	-	5.247.834
Receita de transmissão – com impostos	-	520.238	-	520.238
Receita de atualização da bonificação pela outorga	244.069	-	-	244.069
Receita de construção	-	150.158	-	150.158
Transações com energia na CCEE	413.848	-	-	413.848
Receita de indenização da transmissão	-	124.057	-	124.057
Ressarcimentos contratuais	64.640	-	-	64.640
PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	424.403	-	-	424.403
Outras receitas operacionais	14.853	20.041	102.896	137.790
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(1.062.229)	(294.291)	(6.820)	(1.363.340)
Receita operacional líquida	5.347.418	520.203	96.076	5.963.697

(1) Novo segmento operacional apresentado em função da aquisição de controladas no processo de reestruturação societária do Grupo Cemig, em dezembro de 2018.

	30 de setembro de 2018		
	Geração	Transmissão	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	5.069.097	-	5.069.097
Receita de transmissão – com impostos	-	443.095	443.095
Receita de atualização da bonificação pela outorga	245.729	-	245.729
Receita de construção	-	12.726	12.726
Transações com energia na ccee	168.323	-	168.323
Receita de indenização da transmissão	-	208.164	208.164
Receita de indenização da geração	82.331	-	82.331
Outras receitas operacionais	59.411	31.729	91.140
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(981.694)	(217.456)	(1.199.150)
Receita operacional líquida	4.643.197	478.258	5.121.455

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 25.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

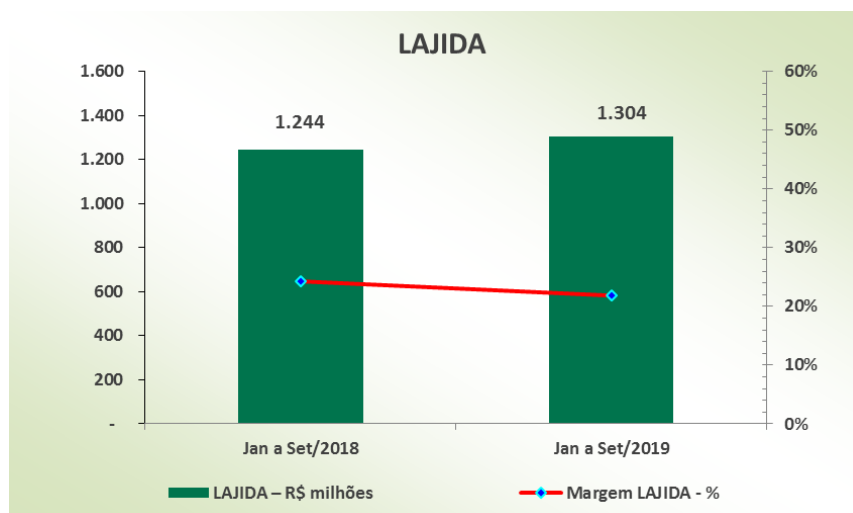
Lucro líquido do período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no período de janeiro a setembro de 2019, lucro líquido de R\$791.761 em comparação ao lucro líquido de R\$5.237 no mesmo período de 2018. As principais variações na receita, nos custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência destas informações contábeis intermediárias.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 4,81% no período de janeiro a setembro de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	30/09/2019	30/09/2018	Var %
Lucro líquido do período	791.761	5.237	15.018,6
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	687.427	83.613	722,15
+/- Resultado financeiro líquido	(346.133)	1.046.082	-
+ Depreciação e amortização	171.231	109.445	56,45
= LAJIDA	1.304.286	1.244.377	4,81



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018, deve-se, principalmente, a menor perda com resultado de equivalência patrimonial de R\$11.390 comparada a uma perda de R\$250.755 no mesmo período de 2018, redução de 95,46%. Também contribuiu para o aumento do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2019, o reconhecimento de receita no montante R\$424.403 referente a ICMS sobre Pasep/Cofins, conforme nota explicativa nº 9 – Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.

Como efeito negativo no LAJIDA observa-se um aumento de 28,17% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da depreciação e amortização. Esta variação decorre principalmente de aumento nas provisões operacionais. Maiores detalhes nos itens específicos deste Comentário.

A margem do LAJIDA foi de 21,87% no período de janeiro a setembro de 2019 comparada a 24,30% no mesmo período em 2018.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	30/09/2019			30/09/2018		
	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	10.129.091	2.338.288	230,85	10.751.823	2.402.818	223,48
Comercial	3.148.662	653.568	207,57	2.325.050	520.714	223,96
Rural	1.940	504	259,79	795	196	246,54
Subtotal	13.279.693	2.992.360	225,33	13.077.668	2.923.728	223,57
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	35.556	-	-	15.036	-
	13.279.693	3.027.916	-	13.077.668	2.938.764	-
Suprim. Outras Concessionárias	8.575.742	2.267.271	264,38	8.755.439	2.167.139	247,52
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(47.353)	-	-	(36.806)	-
	21.855.435	5.247.834	240,12	21.833.107	5.069.097	233,17

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.247.834 no período de janeiro a setembro de 2019 em comparação a R\$5.069.097 no mesmo período de 2018, uma variação de 3,52%. Essa variação é decorrente essencialmente do aumento no preço médio de 2,98% em função do reajuste nos preços dos contratos de venda de energia.

Receita de transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$520.238 no período de janeiro a setembro de 2019 comparada a R\$443.095 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 17,41%. Essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual ocorrida em julho de 2019, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Companhia e IGPM para a Cemig Itajubá. Em 2019, os reajustes da RAP foram de 10,53% e 14,60%, para os contratos de concessão da Companhia e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Adicionalmente, a RAP é composta pelos encargos setoriais, sendo o mais significativo aquele vinculado à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que apresentou crescimento de 56,24% no período de janeiro a setembro de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018.

Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$124.057 no período de janeiro a setembro de 2019, comparada a R\$208.164 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 40,40%.

A Companhia calcula a atualização do saldo a receber da indenização a partir da aplicação do IPCA e do custo médio de capital regulatório sobre o saldo remanescente, conforme previsto na regulação do setor. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos.

No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos acrescidos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do período, são excluídos da base de remuneração, reduzindo a atualização e a remuneração do saldo remanescente.

Em julho de 2019, a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME, foi reajustada em 14,32%. Este reajuste implica aumento do montante da indenização a ser recebido durante o ciclo tarifário, reduzindo o saldo remanescente da indenização, e, conseqüentemente, a remuneração incidente sobre este saldo. Adicionalmente, a variação do IPCA sofreu uma redução de 25,45% no período de janeiro a setembro de 2019, quando comparada ao mesmo período de 2018, sendo de 2,49% e 3,34%, respectivamente.

Mais informações na nota explicativa nº 12 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$413.848 no período de janeiro a setembro de 2019 comparada a R\$168.323 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 145,87%. Esta variação decorre, principalmente, da maior alocação de garantia física, especialmente no primeiro trimestre de 2019, com um GSF médio no trimestre de 1,49, aumentando a sobra de energia no mercado secundário. Essa sobra, por sua vez, foi valorizada ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD médio mais elevado no primeiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, de R\$290,08 e R\$196,03, respectivamente, impactando significativamente as receitas do período.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.363.340 no período de janeiro a setembro de 2019 comparados a R\$1.199.150 no mesmo período de 2018, apresentando um crescimento de 13,69%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE), cujos pagamentos são definidos por meio de Resolução da Aneel, tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$176.846 no período de janeiro a setembro de 2019 comparados a R\$113.190 no mesmo período de 2018, uma variação de 56,24%. A TUSD-CDE das transmissoras é homologada anualmente e juntamente com a aprovação do orçamento da CDE, cujo ciclo de vigência é o ano civil. A TUSD-CDE que passou a vigorar a partir de janeiro de 2019 sofreu um aumento de 40%. Este crescimento deveu-se ao aumento da quota anual de 2019 frente a de 2018, que considerou tanto um aumento médio de 14% no custo unitário da CDE (Quota Anual/MWh), quanto o repasse da revisão do orçamento da CDE de 2018.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$4.819.252 no período de janeiro a setembro de 2019 em comparação a R\$3.735.768 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 29,00%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 26 destas informações contábeis intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.825.618 no período de janeiro a setembro de 2019, comparados a R\$2.865.752 no mesmo período de 2018, representando uma redução de R\$40.134. Essa variação decorre, principalmente, da redução das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$91.657 no período de janeiro a setembro de 2019, comparado a R\$140.239 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 34,64%.

O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A variação decorre, principalmente, da redução de 36,26% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD, que foi de R\$211,84/MWh, para janeiro a setembro de 2019, e R\$332,34/MWh, para o mesmo período de 2018.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$246.091 no período de janeiro a setembro de 2019 comparada a R\$239.115 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 2,92%. A variação decorre, principalmente, do reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018, em função de Acordo Coletivo.

Participação dos empregados no resultado

Esta despesa foi de R\$38.140 no período de janeiro a setembro de 2019 comparada a R\$4.511 no mesmo período de 2018. Esta variação decorre do aumento do lucro líquido, base de cálculo da participação, que passou de R\$5.237 no período de janeiro a setembro de 2018 para R\$791.761 no mesmo período de 2019.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$150.158 no período de janeiro a setembro de 2019 em comparação a R\$12.726 no mesmo período de 2018. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. A variação decorre do aumento no volume de investimentos no período de janeiro a setembro de 2019, que já estava previsto na curva de investimentos de 2019. Em outubro de 2018 o Programa de Investimentos da Companhia foi revisado e foram considerados recursos adicionais para atendimento a um conjunto de obras de reforços e melhorias em fase final de consolidação e autorização pela Aneel.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$65.314 no período de janeiro a setembro de 2019 em comparação a uma despesa de R\$53.703 no mesmo período de 2018, gerando um aumento de 21,62%. Essa variação decorre, principalmente, do crescimento do custo com o plano de saúde em 2019, em razão da redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de dezembro de 2018, aumentando as obrigações pós-emprego.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$1.034.847 no período de janeiro a setembro de 2019 comparadas a R\$78.059 no mesmo período de 2018. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em 2019 no valor de R\$31.315 na comparação de R\$138 em 2018, em função, especialmente, da piora na condição financeira de cliente com representatividade na carteira.
- Reconhecimento, em junho de 2019, de uma provisão para perda decorrente de valores a receber da Renova no montante de R\$688.031, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 28 – Transações com partes relacionadas.
- Reconhecimento, em setembro de 2019, de provisão de contingência tributária no montante de R\$258.625 decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões;
- Referidos aumentos foram parcialmente compensados pela redução de 47,89% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$32.619 no período de janeiro a setembro de 2019, em comparação a R\$62.591 no mesmo período de 2018. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 29 – Instrumentos financeiros e gestão de risco.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$11.390 no período de janeiro a setembro de 2019 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$250.755 no mesmo período de 2018. Esta redução decorre, principalmente, de menores perdas com a investida Santo Antônio Energia. O resultado negativo com equivalência patrimonial de Santo Antônio Energia sofreu uma redução 56,44% no período de janeiro a setembro de 2019 em relação ao mesmo período de 2018.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 14 - Investimentos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$346.133 no período de janeiro a setembro de 2019 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$1.046.082 no mesmo período de 2018. As principais variações estão relacionadas a seguir:

- Ganho com operação de *hedge* contratada para proteção dos riscos de variação de moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que alcançou o montante de R\$1.099.230, no período de janeiro a setembro de 2019, em comparação a R\$322.847 no mesmo período de 2018. Essa variação decorreu, principalmente, da redução da curva estimada da taxa de juros futura durante a vigência do contrato, contribuindo para reduzir a ponta passiva (obrigação da Companhia), que são indexadas ao CDI, além de uma valorização do dólar americano, aumentando a ponta ativa (direito da Companhia) e o valor justo da opção;

- Reconhecimento de uma receita financeira no montante de R\$247.967 em 2019, decorrente da atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, resultante do reconhecimento do direito da Companhia de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 9 – Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no período de janeiro a setembro de 2019, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$687.427 em relação ao lucro de R\$1.479.188 antes dos efeitos fiscais, representando 46,47% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2018, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$83.613 em relação ao lucro de R\$88.850 antes dos efeitos fiscais, representando 94,11% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(d) das informações contábeis intermediárias.

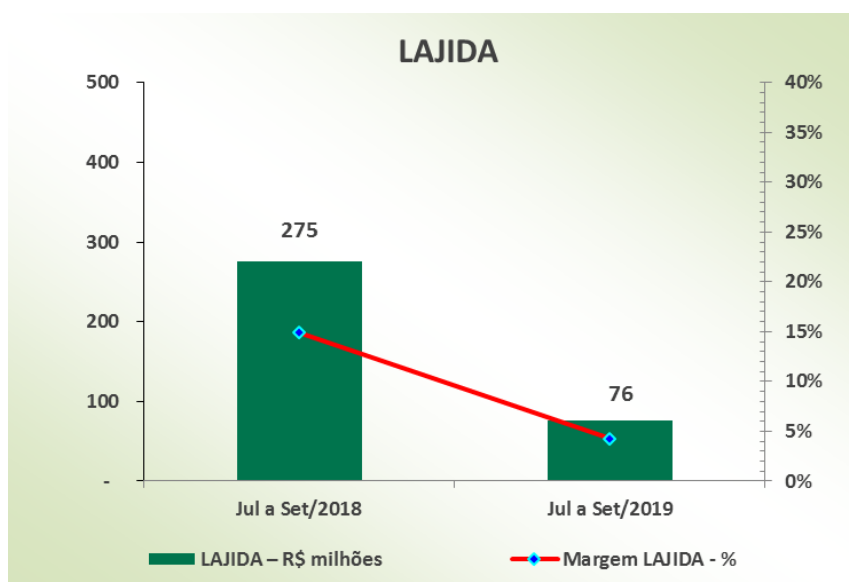
Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no terceiro trimestre de 2019, um prejuízo de R\$133.952 em comparação ao prejuízo de R\$61.651 no mesmo período de 2018. As principais variações na receita, nos custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência dessas Informações contábeis intermediárias.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou uma redução 72,48% no período de julho a setembro de 2019, em comparação com o mesmo período de 2018, conforme segue:

LAJIDA	Jul a Set/19	Jul a Set/18	Var %
Resultado do Período	(133.952)	(61.651)	117,27
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(60.481)	9.075	-
+/- Resultado Financeiro Líquido	212.713	290.810	(28,85)
+ Amortização e Depreciação	57.296	36.357	57,59
= LAJIDA	75.576	274.591	(72,48)



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no período de julho a setembro de 2019 em comparação ao mesmo período de 2018 deve-se, principalmente, ao crescimento de 14,35% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da depreciação e amortização. Essa variação deve-se, basicamente, ao aumento nas provisões de contingências tributárias, principalmente pelo reconhecimento da provisão no montante de R\$258.625 decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado as contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões.

Em linha com o ocorrido no LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 14,88% no período de terceiro trimestre de 2018 para 4,28% no terceiro trimestre de 2019.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jul a Set/2019			Jul a Set/2018		
	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	3.571.438	844.666	236,51	3.754.720	848.201	225,90
Comercial	1.146.786	228.403	199,17	788.799	172.803	219,07
Rural	911	243	266,74	480	118	245,83
Subtotal	4.719.135	1.073.312	227,44	4.543.999	1.021.122	224,72
Fornec. Não Faturado, Líquido	0	5.282		-	19.648	-
	4.719.135	1.078.594		4.543.999	1.040.770	-
Suprim. Outras Concessionárias	3.012.419	773.913	256,91	3.165.067	746.143	235,74
Suprim. não Faturado Líquido	0	(28.383)		-	37.012	-
	7.731.554	1.824.124	235,93	7.709.066	1.823.925	229,25

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.824.124 no terceiro trimestre de 2019 em comparação a R\$1.823.925, sem uma variação significativa.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$184.178 no terceiro trimestre de 2019 comparada a R\$148.383 no mesmo período de 2018, representando crescimento de 24,12%. Conforme mencionado anteriormente, essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2019, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Em 2019, os reajustes da RAP foram de 10,53% e 14,60% para os contratos de concessão da Companhia e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Adicionalmente, a RAP é composta pelos encargos setoriais, sendo o mais significativo aquele vinculado à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que apresentou crescimento de 56,24% no período de janeiro a setembro de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018.

Receita de Indenização da Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$33.638 no terceiro trimestre de 2019, comparada a R\$61.645 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 45,43%.

A Companhia calcula a atualização do saldo a receber da indenização a partir da aplicação do IPCA e do custo médio de capital regulatório sobre o saldo remanescente, conforme previsto na regulação do setor. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, pelo período de 8 anos, com início em julho de 2017.

No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos acrescidos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do período, são excluídos da base de remuneração, reduzindo a atualização e a remuneração do saldo remanescente.

Em julho de 2019, a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME, sofreu reajuste positivo de 14,32%. Este reajuste implica aumento do recebimento da indenização por meio da RAP, reduzindo o saldo devedor e, conseqüentemente, a remuneração incidente sobre este saldo. Adicionalmente, a variação do IPCA sofreu uma redução de 64% no 3º trimestre de 2019, quando comparada àquela observada no mesmo período de 2018, sendo de 0,26% e 0,72%, respectivamente.

Mais informações na nota explicativa nº 12 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$9.811 no terceiro trimestre de 2019 comparada a R\$14.172 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 30,77%. Esta variação decorre, principalmente, da redução de 56,62% do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD médio, que correspondeu a R\$214,07/MWh no período de julho a setembro de 2019 comparado a R\$494,61/MWh no mesmo período de 2018.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$466.755 no terceiro trimestre de 2019 comparados a R\$410.441 no mesmo período de 2018, apresentando um aumento de 13,72%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$60.545 no terceiro trimestre de 2019 comparados a R\$39.329 no mesmo período de 2018, um aumento de 53,94%. A TUSD-CDE das transmissoras é homologada anualmente e juntamente com a aprovação do orçamento da CDE, cujo ciclo de vigência é o ano civil. A TUSD-CDE que passou a vigorar a partir de janeiro de 2019 sofreu um aumento de 40%. Este aumento deveu-se ao aumento da quota anual de 2019 frente a de 2018, que considerou tanto um aumento médio de 14% no custo unitário da CDE (Quota Anual/MWh), quanto o repasse da revisão do orçamento da CDE de 2018. Essa revisão do orçamento de 2018, representou um ajuste da Quota Anual de 16%, que, no caso do setor de transmissão, foi somente repassado ao consumidor em 2019.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.727.701 no terceiro trimestre de 2019 em comparação a R\$1.497.203 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 15,40%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 26 – Custos e despesas operacionais.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.126.457 no terceiro trimestre de 2019 comparada a R\$1.173.243 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 3,99%. Esta variação decorre, principalmente, da redução das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$65.333 no período de julho a setembro de 2019, comparado a R\$85.494 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 23,58%.

O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A variação decorre, principalmente, da redução de 56,72% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD, que foi de R\$214,07/MWh, para julho a setembro de 2019, e R\$494,61/MWh, para o mesmo período de 2018;

Despesa com Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$77.817 no terceiro trimestre de 2019 comparada a R\$74.185 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 4,90%. A variação decorre, principalmente, do reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018, em função de Acordo Coletivo.

Participação dos empregados no resultado

A despesa com participação dos empregados no resultado foi revertida em R\$4.191 no terceiro trimestre de 2019, decorrente da redução do resultado no 3º trimestre de 2019, base de cálculo para o pagamento da participação.

Custo de Construção

O custo de construção foi de R\$67.169 no terceiro trimestre de 2019 em comparação a R\$7.994 no mesmo período de 2018. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. A variação decorre do aumento no volume de investimentos no terceiro trimestre, que já estava previsto na curva de investimentos de 2019. Em outubro de 2018 o Programa de Investimentos da Companhia foi revisado e foram considerados recursos adicionais para atendimento a um conjunto de obras de reforços e melhorias em fase final de consolidação e autorização pela Aneel.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$22.683 no terceiro trimestre de 2019 em comparação a uma despesa de R\$17.333 no mesmo período de 2018, um aumento de 30,87%. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, que gerou o incremento do passivo e, conseqüentemente, da despesa.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$288.592 no terceiro trimestre de 2019 comparados a R\$38.483 no mesmo período de 2018, sendo essa variação decorrente, essencialmente, dos seguintes fatores:

- Reconhecimento, em setembro de 2019, de provisão de contingência tributária no montante de R\$258.625 decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões;
- Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em 2019 no valor de R\$12.238 na comparação de reversão de perda estimada registrada em 2018 no valor de R\$14, em função, especialmente, da piora na condição financeira de cliente com representatividade na carteira.

- Referidos aumentos foram parcialmente compensados pela redução de 71,90% das provisões para opção de venda da SAAG, que representou uma constituição de R\$10.673 no período de janeiro a setembro de 2019, em comparação à R\$37.985 no mesmo período de 2018. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 29 – Instrumentos financeiros e gestão de risco.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$20.143 no período de julho a setembro de 2019 na comparação a perdas líquidas de R\$110.343 no mesmo período de 2018. As perdas reconhecidas no terceiro trimestre de 2018 decorreram, principalmente, dos prejuízos apurados pelas investidas Renova e Santo Antônio Energia. O resultado negativo com equivalência patrimonial de Santo Antônio Energia sofreu uma redução 30,43% no período de julho a setembro de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. Não foram reconhecidas perdas relacionadas ao investimento na Renova no terceiro trimestre de 2019, já que este o ativo foi integralmente baixado em dezembro de 2018, diante do passivo a descoberto da investida.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 14 - Investimentos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$212.713 no terceiro trimestre de 2019 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$290.810 no mesmo período de 2018. As principais variações estão relacionadas a seguir:

- Ganho com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação de moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que alcançou o montante de R\$485.836 no terceiro trimestre de 2019, em comparação a R\$142.418 no mesmo período de 2018. Essa variação decorreu, principalmente, da redução da curva estimada da taxa de juros futura durante a vigência do contrato, contribuindo para reduzir a ponta passiva (obrigação da Companhia), que são indexadas ao CDI, além de uma valorização do dólar americano, aumentando a ponta ativa (direito da Companhia) e o valor justo da opção;
- Despesa com variação cambial de empréstimos e financiamentos no montante de R\$498.300 no terceiro trimestre de 2019 em comparação a uma despesa de R\$225.987 no mesmo período de 2018, decorrente do aumento do dólar norte americano de 8,67% no terceiro trimestre de 2019, comparado a um aumento de 3,84% no mesmo período de 2018.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 dessas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no terceiro trimestre de 2019, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$60.481 em relação ao prejuízo de R\$194.433 antes dos efeitos fiscais, representando 31,11% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2018, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$9.075 em relação ao prejuízo de R\$52.576 antes dos efeitos fiscais, representando 17,26% de alíquota efetiva. Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10c das Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Paulo Mota Henriques
Diretor de Cemig Geração e Transmissão

Daniel Faria Costa
Diretor Cemigpar

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor sem denominação específica

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor de Regulação e Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora – CRC-MG 77.839

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 14 às informações contábeis intermediárias, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia, da sua controladora e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às informações contábeis intermediárias, em 16 de outubro de 2019, foi deferido nos termos da Lei nº 11.101/05 o pedido de recuperação judicial ajuizado pela controlada em conjunto Renova Energia S.A. e por algumas de suas controladas. Conforme a referida Lei a controlada em conjunto deverá apresentar em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferiu o pedido, plano de recuperação que deverá ser submetido à assembleia geral de credores em prazo que não excederá 180 (cento e oitenta) dias contados do diferimento do processamento da recuperação judicial. A controlada em conjunto está em fase de elaboração do referido plano não tendo mensurado, até a presente data, os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis. Além disso, a controlada em conjunto vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 30 de setembro de 2019, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 13 de novembro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0